



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0585/12	DATA: 16/05/2012
INÍCIO: 10h46min	TÉRMINO: 13h11min	DURAÇÃO: 02h24min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h24min	PÁGINAS: 49	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MÁRCIO ZIMMERMANN – Ministro de Estado interino de Minas e Energia.

SUMÁRIO: Debate sobre o tema *Relicitação ou Prorrogação das Concessões do Setor de Energia Elétrica Nacional.*

OBSERVAÇÕES
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Declaro aberta esta audiência pública, para debate sobre o tema *Relicitação ou Prorrogação das Concessões do Setor de Energia Elétrica Nacional*, em atendimento ao Requerimento nº 107, de 2012, de minha autoria.

A audiência pública contará com a participação do Sr. Márcio Zimmermann, Ministro interino de Minas e Energia, que já está aqui, ao nosso lado, para honra nossa — chegou mais cedo que os Deputados.

Cumprimento todos os presentes, em especial o ilustre expositor. Informo que a lista de inscrições para o debate está aberta e que o Deputado que desejar interpelar o expositor deverá dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar seu nome. Eu peço à Secretaria que comece a passar a lista, para que os Deputados possam inscrever-se.

Comunico ainda que o convidado não deverá ser apartado no decorrer das suas exposições. Somente após encerradas as exposições, os Deputados poderão fazer seus questionamentos, tendo cada um o prazo de 3 minutos, e o convidado, igual tempo para responder, facultadas a réplica e tréplica, pelo mesmo prazo.

Sem mais delongas, vou passar a palavra ao nosso querido Ministro interino de Minas e Energia, o Dr. Márcio Zimmermann, para que proceda à sua exposição.

Meu caro Ministro, o senhor tem, regimentalmente, 20 minutos, mas, se precisar de mais tempo, fique bem à vontade.

Com a palavra o Ministro interino de Minas e Energia, o Dr. Márcio Zimmermann.

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o honroso convite da Comissão de Minas e Energia, que tinha formulado o convite ao próprio Ministro Lobão, que está de férias nesta semana. O Ministro, como é de praxe, até por ser oriundo do Parlamento brasileiro, pediu que viéssemos participar desta importante audiência sobre um assunto que vem sendo tratado por todo o setor elétrico brasileiro e que leva ao surgimento de muitas informações, para um lado ou para o outro.

Cumprimento os Deputados presentes e digo que esta Comissão tem papel muito relevante para que o Ministério possa exercer duas atribuições. É muito



importante, então, podermos interagir com os senhores e esclarecer eventuais dúvidas.

No ano passado, em novembro ou dezembro, participamos de audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Foi uma discussão bastante rica relativamente ao assunto concessões.

Eu vou procurar, nestes 20 minutos, dar uma visão geral do nosso setor e deixar para a fase do diálogo com os Deputados o aprofundamento de determinados pontos.

Considero muito importante tentarmos entender o Brasil em termos de energia, olharmos em volta o mundo e, ao mesmo tempo, vemos que uma das coisas mais importantes que o Brasil tem é esse grande potencial hidrelétrico, essas grandes, médias e pequenas usinas hidrelétricas que aproveitam esse potencial. Há no Brasil um grande sistema de transmissão, talvez o País tenha desenvolvido uma das melhores técnicas para a implantação de um sistema como esse. E, por outro lado, como nós falamos em concessão — eu já falei de geração hidrelétrica, de linha de transmissão —, a parte de distribuição de energia.

Quando olhamos a origem das concessões no Brasil, provavelmente nós teríamos de voltar ao Código de Água lá de 1934, e as Constituições que foram implantadas nesse período, que sempre consideraram potencial hidráulico, no caso de geração, como um recurso da União que será explorado em regime de concessão.

Bom, quando olhamos isso, podemos entender que, mesmo a legislação que saiu, aqueles ajustes mais recentes que ocorrem, o modelo da Coopers, depois o modelo que está em vigor hoje, de 2004, na forma como foi tratado o regime de concessão, a União continuou, como previa a Constituição, tratando concessão como algo que o Estado explora diretamente ou delega a alguém, o que dá o direito a esse alguém de implantar a usina e recuperar esse investimento no prazo de concessão.

Quando nós olhamos a forma como isso vinha sendo feito no Brasil, ao longo destes anos, nós chegamos hoje a praticamente 80, quase 90 mil *megawatts* de hidrelétricas em operação, em implantação, para um País que tem 117 mil



megawatts instalados e que, nos próximos 15 anos, vai ter que dobrar esse potencial.

Primeiro ponto que eu queria levantar, antes de entrar no aspecto da concessão em si. Temos de enfrentar desafios diferentes, e isso o Ministro Lobão e a equipe do Ministério de Minas e Energia sempre tem dito nos fóruns internacionais. Enquanto um país... Por exemplo, quem é o maior exportador de energia elétrica da Europa? França. O que ela usa lá, qual é a base? Energia nuclear. Por outro lado, na França não há o crescimento do consumo e a pressão de novas usinas — está com o mercado estável há 20 anos, ou coisa assim.

A França é única no mundo? Não, é característica de país desenvolvido, porque normalmente há uma migração daquela indústria mais eletrointensiva para uma economia de serviço, e a economia de serviço acaba produzindo mais PIB, sendo menos intensiva em termos de energia.

Então, quando nós olhamos Europa e Estados Unidos, nós vemos que eles enfrentam desafios diferentes. E, por outro lado, a energia da França é a mais barata da Europa. Por que isso? A maioria das usinas estão amortizadas. Quando existem usinas amortizadas, é natural que haja esse efeito.

Nós podemos ir para o Canadá. No Canadá, por exemplo, o regime é diferente, mas ele trabalha com algo muito próximo a concessões. Então, naquelas províncias em que existem hidrelétricas, e o Canadá é também um país desenvolvido, a maioria das usinas estão amortizadas, e eles têm um preço — lá, em algumas províncias, ainda é regime de tarifas — muito baixo da energia.

Vamos para os Estados Unidos. Também. Na verdade, nesses países desenvolvidos, como os Estados Unidos, o grande desafio não é ter de implantar tantos *megawatts* por ano, porque existe um crescimento da carga. Na verdade, é substituir usinas que já estão no final de vida útil. Eles têm uma base em cima de parque térmico, principalmente a carvão. Em quase metade dos Estados Unidos é termelétrica a carvão, e hoje criam usinas mais de substituição e não tanto por necessidade de expandir.

Quando nós vimos para um país em desenvolvimento, nós olhamos, por exemplo, a China. Imaginem que na China há um crescimento do mercado, do consumo, até porque há um processo de inclusão social na China, que chega, em



alguns anos, a 90 mil *megawatts* por ano. Eu falei ainda há pouco que o Brasil hoje tem uma capacidade instalada de 115, 117 mil *megawatts*. A China tem que por quase um Brasil por ano. E lá 70% das usinas são basicamente térmicas a carvão.

O Brasil, nos últimos anos, colocou trinta e poucos mil quilômetros de linhas de rede básica. Hoje nós já temos mais de 100 mil quilômetros de linha de rede básica. Nós vimos incorporando pessoas ao consumo.

É interessante que, muitas vezes, quando nós conseguimos trazer, de repente, para o mundo da energia elétrica 14 milhões de pessoas — foi o que o Programa Luz para Todos, lançado em 2004, atingiu nestes anos —, na verdade, estamos trazendo uma sociedade que vivia no século XIX para o século XX. E isso, claro, gera aumento de requisitos de consumo.

E aí ocorre um processo interessante. Outro dia, eu escutei uma crítica. Eu sempre falo muito que o nosso consumo *per capita* é de 2.300 quilowatts-hora. Quando eu falo em Estados Unidos, é 14, 15 mil; Europa, 8 mil. E o pessoal diz: “*Mas aqui é um país tropical, que não precisa de tanta energia*”. Na verdade, não é isso. Em qualquer simulação, verifica-se que, em 2020, 2021, vamos estar com o consumo *per capita* de 3.500 quilowatts-hora. E provavelmente... A África do Sul, que está na mesma região que o Brasil, tem um consumo *per capita* de 4.700 quilowatt-hora.

Tudo isso que estou falando não é para fugir do assunto “concessões”, mas para caracterizar um país em desenvolvimento que está fazendo inclusão. Além de fazer a famosa economia verde, ainda faz economia verde com inclusão. E isso cria os nossos desafios.

Então, os contratos de algumas usinas que o Brasil construiu nas décadas de 50, 60, 70 e 80, que tinham o prazo de concessão menor, começam a vencer. Aquelas que, em 1995, obtiveram prorrogação por 20 anos vencem em 2015.

Qual é o processo natural que vai ocorrer? Terminou a concessão — não se está inovando, a Constituição já previa, até o Código de Água já previa —, o ativo amortizado, a parte de capital não é mais remunerada. Por quê? Eu pego sempre o exemplo do copo d’água. Vamos dizer que isso aqui é uma análise que eu estou fazendo de uma usina hidrelétrica que eu vou licitar nesses leilões que nós fazemos todos os anos. Essa usina, essa parte aqui da água, é o investimento que eu tenho



que fazer. A outra, se eu considerar uma tarifa por megawatt-hora, quanto custa essa usina, que é a forma que eu seleciono quem vai ganhar a concessão? Eu tenho investimentos, mais uma parcela de operação, manutenção e outras pequenas coisas.

Quando eu tenho uma usina amortizada, vamos dizer que foi 100% amortizada, recuperou o seu investimento? O copo esvazia. Eu não tenho mais essa parcela de investimento, porque já foi paga. A sociedade, de uma forma, já pagou. Eu olhei para os 30 anos que ela teve de implantar.

Em relação a uma usina que foi licitada, por exemplo, a de Santo Antônio, ninguém tem dúvida de que terminaram os 35 anos, ou seja, 5 de construção mais 30 de concessão. Ela estava puramente em regime de preço, o ativo inteiro... Por isso estou reforçando esse conceito de concessão que às vezes é diferente, por exemplo, de uma pessoa que implanta uma indústria. Ela remunera aquilo e continua. Se a indústria tem vida útil para frente, ela vai continuar ganhando. Em concessão, não. Estamos falando de aproveitamento de um potencial hidrelétrico que é da União. A pessoa implantou e recuperou o dinheiro, agora volta para a União.

Então, na concessão não existe a menor dúvida, até pela legislação brasileira, de que, vencido o prazo de concessão, feitas as eventuais indenizações que tiverem ocorrido de eventuais investimentos ou coisas não amortizadas, aquilo vai ter que ter uma repercussão para a sociedade brasileira, senão estaria havendo enriquecimento sem causa, porque não há mais o que amortizar.

Acho que, esclarecido esse ponto da concessão, que se aplica no caso de geração e transmissão, é bem claro isso. Terminou o prazo, a linha que é licitada hoje de rede básica, alguém faz o investimento, recebe uma receita anual permitida. Findo o prazo, amortizou o investimento, devolve a concessão. Vê se existe algum saldo ali e o Estado utiliza, então, essa linha para efeito de modicidade tarifária.

Aí há uma primeira diferença, que ficou bem clara na lei, daquele modelo da Coopers, que veio na década de 90, e o modelo que veio quando a Presidente Dilma era Ministra. Naquele modelo, havia um tripé importante, é a modicidade tarifária.

Então, quando falamos em término de prazo de concessão, automaticamente, nós falamos que, conforme o modelo já previa, seria um ponto importante para ser

[P1] Comentário: Sessão:0585/12
Quarto:4 Taq.:Lelaine Rev.:



aplicado para a modicidade tarifária. Não são sonhos de verão, porque não está vencendo tudo.

Se o Brasil tivesse implantado essas plantas há mais de 30 anos e fosse um país desenvolvido, eu estaria na situação do Canadá, em que as usinas estão todas pagas e vai-se ficar só com a tarifa de energia elétrica para remunerar a operação e a manutenção e mais pequenos gastos para manter a usina atualizada.

Mas nós não temos isso. Nós temos que continuar implantando, nem vai vencer tudo agora. Há uma parcela das concessões que está vencendo agora, uma parte da rede básica, e cerca de vinte e poucos mil *megawatts* que vencem até 2017 de usinas de geração hidrelétrica.

Os senhores viram que até agora eu não toquei em concessões de distribuição. Eu estava falando só da transmissão e da geração.

A distribuição tem uma característica diferente, porque lá, quando os senhores tiverem oportunidade de conversar com a ANEEL, responsável pela regulação econômica, vão ver que, na prática, naqueles ciclos de revisões tarifárias, a entrada e saída de ativo que foi depreciado é automática. A ANEEL já faz isso. Por isso, ela vai deixando o custo da empresa fio de distribuição muito mais ajustado, o que não ocorre no caso da transmissão nem no caso da geração.

Mas a distribuição é uma característica natural desse serviço. Então, na distribuição, vai haver algumas empresas que estão vencendo, muitas pequenas e mais as estaduais — CELG, CELESC, CEB, CEEE, COPEL, CEMIG, ELETROACRE, CERON, Manaus Energia. Há uma série. Aquelas que foram privatizadas na década de 90 ganharam um prazo de concessão de 30 anos. Na época, foram privatizadas. O Estado as privatizou e deu 30 anos de concessão. Então, essas têm até o final. Essas aqui, não. São aquelas empresas que não foram privatizadas, cujo prazo de concessão estaria vencendo agora.

Então, o primeiro ponto que é importante guardar: não se vai remunerar ativo amortizado. Não existe essa história de alguém defender a bandeira de que, se fizer um monte de declarações, o Estado brasileiro vai remunerar. Isso está previsto em todas as regras que existem no setor elétrico há muitos anos. Terminada a concessão, quem continuar operando não vai ter ativo, porque não investiu. A pessoa que constrói uma usina, é óbvio, investe; aí ela tem o direito de recuperar o



ativo. Mas no caso da pessoa que está com o ativo pronto, se for continuar operando — ou se eu for licitar alguém para continuar operando —, será em cima só da parcela de operação e manutenção. Então, acho que esse é o primeiro ponto para se gravar. Eu vejo que às vezes há muita discussão em cima disso.

Olho agora para o que faz o mundo que trabalha com concessões — e estou vendo vários colegas de associações. No mundo, o processo que não se observou, pelo menos na pesquisa que nós... Estamos trabalhando com isso desde 2008. Em terminada a concessão, é que se vai licitar o novo operador. Não existem casos práticos. Lá eles usam, tanto pode ser o modelo privado ou o estatal. É assim. Em Nova Iorque, a Edison opera a distribuição da cidade há mais de 100 anos. O que ocorre é que todos os países têm órgãos reguladores, e o Brasil acabou optando por este modelo de ter uma agência reguladora, que faz a regulação econômica e é exigido um padrão de qualidade. Quem não atinge — aí, sim —, perde a concessão, e o Estado relicita. No mundo é esse o modelo que se usa. Nós não vimos países que, terminado o prazo de concessão, licitam só por licitar. Na verdade, há regulação forte em cima disso para que haja equilíbrio entre todos os interesses.

Aqui, no Brasil, a grande discussão que ocorre é sobre se o Governo vai licitar, porque a legislação, a Lei de Concessões, previa. Na verdade, em 1995, o Governo prorrogou por 20 anos, prorrogou sem considerar se houve depreciação ou não, amortização de ativos. Agora é diferente. Agora existe o término desse prazo, e a ideia é que não se vai remunerar ativo amortizado.

Para a nova fase, uma usina hidrelétrica vai durar 200 anos, com investimentos, é claro, na parte eletromecânica, que tem desgaste, mas o potencial, em si...

Aí vem a primeira pergunta, nem pergunta, mais uma afirmativa: por que o Governo opta tanto por hidrelétrica? Nós não estamos fazendo nada que os países desenvolvidos já fizeram um dia, enquanto tinham potencial. A hidrelétrica traz essa vantagem. Imaginem se fazer um investimento, pagar-se nos 20 ou 30 anos de concessão e depois, com poucos investimentos, manter-se isso *ad aeternum*, trazendo retorno para a sociedade.

Então, os senhores imaginem: daqui a 30 ou 35 anos, o Brasil vai ter atingido 100% do que tem hoje totalmente amortizado e beneficiando a tarifa, como já ocorre



em vários países desenvolvidos. Mas o primeiro passo vai ser dado agora, a partir do momento em que vençam essas usinas. O modelo previa modicidade tarifária, e se vai aplicar, dentro das regras que existem, o direito de cada um com relação à avaliação do que foi amortizado, do que não foi, já que houve diversas mudanças de modelo. Mas vai haver um efeito proporcional àquilo que é, de fato, o que existe.

Então, às vezes, eu vejo simulações com números astronômicos. A pessoa imagina que todas as concessões no Brasil estão vencendo. Na verdade, não é. O Brasil respeita contratos, respeita as regras e todo esse processo. Um concessionário que existe hoje vai ter oportunidade de, perante o agente regulador, dentro de determinadas regras, mostrar o que foi amortizado, o que não foi. *“Olha, nessa usina, termina em 2015”*. Eu vou dizer o que fiz: eu troquei o gerador, eu troquei não sei o quê. E a ANEEL, da mesma forma como ela já faz isso na distribuição e na transmissão, vai considerar isso na geração.

Então, o princípio importante da concessão foi que não se vai remunerar ativo que foi amortizado, depreciado.

Com relação à próxima etapa, o que eu falei é muito claro. Eu tenho que decidir quem é que vai ser o operador desse ativo. Ótimo. Há aquela pessoa que conhece a usina há 30 anos, 50 anos, e há aquela outra que vai disputar, dependendo da opção. Se fizer leilão, eu pego uma usina antiga e vou licitar um novo operador. Um conhece e o outro não conhece. E vamos inaugurar, no mundo, este processo de licitar concessões após o término. Ou eu posso fazer de outra forma. Eu aproveito que aquele ali tem *expertise*, está prestando um bom serviço, e prorrogo, mas mediante condicionantes. E as condicionantes praticamente tornam aquela atividade regulada, como é o caso da distribuição.

Há um ponto que eu acho importante considerar: as concessões estão vencendo a partir de julho de 2015; essas concessões começam a vencer, as que tinham um prazo de 20 anos. Na verdade, há uma mistura de dois assuntos. Uma coisa é o vencimento de contratos existentes, que terminam agora, no final de dezembro. Foram contratos de energia existentes, que nós fizemos em 2004, que eram de 8 anos, descontratam agora, e envolvem usinas que vencem a concessão em 2015.



Então, sempre vem a interrogação: o Governo vai aproveitar para resolver as duas coisas juntas? Isso está sendo estudado, porque, de qualquer forma, sabemos que o vencimento das concessões é em 2015. Então, há todo um trabalho de avaliação. Mas eu os tranquilizo no sentido de que tudo isso está dentro do prazo.

Às vezes, há preocupação com o tempo e tal. Na verdade, para nós, nós estamos com tempo, ou dentro do tempo, tempestivamente, e tomando todas as ações. O Governo está adotando todas as ações. E a orientação que o Ministro Lobão tem dado é nesse sentido. Até a forma como S.Exa. criou uma comissão, em 2008, era justamente pela preocupação com isso. Então, no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética, ele criou essa comissão, e eu a coordenei. Na oportunidade, na fase que nós levantamos, nós tivemos muita interação com todas as associações do setor elétrico. Escutamos todo mundo, até formatarmos um trabalho, que foi terminado em 2009, e que era, então, uma primeira preocupação que havia, tempestivamente, de como seria esse processo quando viesse a ficar mais próximo de 2015.

Com isso, o Ministério, realmente, junto com outros órgãos — ANEEL, Ministério da Fazenda, Casa Civil —, fez muitas discussões ao longo desse tempo, amadureceu muito esses conceitos. E eu acredito que, provavelmente, os ajustes que precisarem ser feitos... Inclusive, conforme eu falei, posso ter necessidade de alteração na legislação para qualquer alternativa que eu siga, mas eu garanto — é orientação do próprio Ministro — que não existe dúvida com relação à não remuneração de ativos amortizados. E todo o esforço que se vai fazer é que, efetivamente, isso venha a ser um retorno para o consumidor dentro de políticas públicas nacionais.

Acho que, com essas palavras, deu para fazer uma abordagem geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Ministro, esta Comissão sente-se honrada, como eu disse no início, com a presença de V.Exa. e com esse debate aberto, transparente, democrático, com foco em importantes questões relativas à energia elétrica, em especial sobre o tema concessões vincendas, que é exatamente o que V.Exa. discorreu por todo esse tempo.

Ao tempo em que saúdo V.Exa., como autor do requerimento, logicamente apoiado pela unanimidade da Comissão, eu queria não só antecipar o nosso



agradecimento, mas submeter ao seu exame três questões básicas, com foco na redução, de que V.Exa. tanto falou, já numa parte da planilha de tarifa. V.Exa. já falou um pouco, mas eu queria ampliar um pouco mais o debate sobre a redução.

A nossa preocupação, que é preocupação desta Comissão, é que ela, em nosso entendimento, tem dois vieses. O primeiro é que a elevada tarifa da energia elétrica é fator negativo em relação à competitividade do produto nacional, em relação aos nossos concorrentes. O segundo viés é que a energia, por carregar em demasia tributos e encargos setoriais que financiam programas que deveriam ser financiados por toda a sociedade, compromete a renda do trabalhador brasileiro por causa de seu alto custo.

Então, eu queria submeter a V.Exa. três perguntas. Não precisam ser respondidas agora, porque vamos ouvir mais 4 Deputados, fazendo um bloco de 5, se V.Exa. concordar. Senão, nós faríamos um bloco de 3. Acho que poderíamos ouvir de 4 em 4, não é?

Primeira pergunta. A sociedade brasileira aguarda, repito, há alguns anos, a posição governamental sobre as concessões vincendas: renovação ou relicitação? A sociedade também espera que a opção a ser adotada resulte em redução de pelo menos 10% do preço da energia elétrica.

V.Exa. tem algum indicativo de tempo, tendo em vista o que foi muito bem, didaticamente, explicado por V.Exa.? Em 2015, a lei fala em 3 anos de manifestação para renovação, não é isso? Então, seria agora, em junho, já a hora de manifestação, o que tem provocado um pouco de inibição até em investimento nas concessionárias.

Então, eu falaria em tempo e de quanto poderá ser a redução, e se ela vai alcançar todos os consumidores, cativos e livres. Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta. A Presidente Dilma disse ontem: "*Não conheço muitos países que tributam energia elétrica. Nós tributamos.*" O Brasil, segundo apuramos, é o País que mais tributa a energia elétrica. E esse é um dos fatores que prejudicam a competitividade nacional, além de sacrificar o consumidor residencial.

Há estudos no Ministério de Minas e Energia para reduzir tributos e/ou encargos setoriais, na linha da preocupação exposta pela Presidente da República?



Terceira e última pergunta. Estudos técnicos que chegam até esta Comissão evidenciam que alguns encargos setoriais e subsídios implícitos que pesam sobre o custo da energia elétrica deveriam ser suportados por toda a sociedade, e não apenas pelos consumidores de energia. Ou seja, a conta deveria ser do Tesouro Nacional, que se utilizaria dos tributos pagos por todos. Esses estudos asseguram que cerca de 10 bilhões/ano poderiam ter esse destino, provocando, de imediato, uma redução da ordem de 9% no preço da energia.

Como o Ministério de Minas e Energia vê essa tese e qual a possibilidade de essa ideia ser aplicada ao fato, ainda que em etapas?

São essas três perguntas, Ministro.

Eu vou avançar na lista de inscrição, convidando o primeiro inscrito, o Deputado Fernando Jordão. Ele estava aqui. *(Pausa.)*

Passo ao segundo inscrito, o nobre Deputado Leonardo Quintão. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Ministro, seja bem vindo aqui novamente.

Presidente Simão Sessim, muito nos orgulha o Ministro Edison Lobão, que é do nosso PMDB. V.Exa. também, Ministro, recentemente nós tivemos a honra de recebê-lo em nosso partido.

Eu acho que o Ministério tem uma grande oportunidade de exercer um papel de cidadania para o nosso Brasil. Eu vejo que a Presidenta Dilma tem tomado decisões importantes.

Deputado Simão Sessim, por 1 minuto vou fazer alguns comentários e, depois, algumas perguntas.

Recentemente, 1 mês atrás, na Comissão de Finanças e Tributação... Já há 4 anos um grupo de Parlamentares vem questionando lá o custo do dinheiro no Brasil. Primeiro, o Sistema Financeiro dizia que era a inflação; depois, o risco país; depois, o risco país abaixou, a inflação abaixou, mas os juros só aumentaram. E a Presidenta tomou uma posição.

No ano de 2009, nós criamos uma comissão para verificar toda a situação do cartão de crédito no País. Por que pagar 7% de cheque especial e 15% no cartão de crédito? E descobrimos ali as mazelas. Ministro, a grande mazela que havia nisso



tudo é que o juro mais alto do Brasil era exatamente o dos bancos públicos, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. E o estatuto dos dois bancos estabelece a sua obrigação social, sua função de banco social.

E a partir dali viemos combatendo, durante os 4 anos do mandato passado, e lançamos a bandeira naquela Comissão. Ora, se o Governo quer baixar o juro, tem que começar dentro de casa, obrigando os bancos públicos a fazerem a sua obrigação social.

Realizamos várias reuniões com o Governo, e a Presidenta Dilma tomou a posição clara. Nós não somos contra, aqui, a instituição financeira. Nós sabemos a importância das instituições financeiras, mas precisamos ter patamares de uma economia estável. Foi uma grande vitória para o Brasil que se iniciou agora.

Nós vivemos hoje no Brasil, Deputado Simão Sessim — e vou chegar à energia, já estou concluindo, para entrar na energia... O PMDB tem uma grande importância nisso. Eu sou apaixonado pelo nosso partido, do qual V.Exa., Sr. Ministro, faz parte. Temos a obrigação de lutar pela competitividade do Brasil que vivemos hoje, um país com economia estável, como V.Exa. diz aqui, um país que respeita os contratos. Mas precisamos dar condição para o trabalhador brasileiro, para a indústria, para o cidadão brasileiro ter o custo de vida no patamar de uma economia estável. E vencemos essa etapa. Com o quê? Bastou vontade política para fazer a coisa acontecer. Nós estamos discutindo aqui, Deputado Simão, nada mais do que vontade política de fazer a coisa acontecer.

Na questão da energia, os números são claros. Antigamente, não havia Internet, a informação era difícil. Mas hoje, como se diz lá na minha amada Minas Gerais, qualquer jeca da roça entra na Internet, entra no *site* do Ministério, entra no *site* da ANEEL e sabe entender como é cobrada a conta de energia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Leonardo Quintão, o tempo é fundamental para que os outros inscritos possam manifestar-se.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Concluindo, Presidente. Mas os 3 minutos já acabaram? (*Risos.*)

Então, vamos concluir.

Ministro, depende de vontade política. Nós já sabemos o que fazer. A Comissão vai contribuir, o povo brasileiro espera uma decisão rápida do Governo.



Eu acho que 3% é ridículo, não podemos discutir 3%, 4%. Nós temos que discutir aqui uma redução imediata de 15% a 20% no custo da energia no País.

Temos que discutir também a participação dos Estados, porque o maior tributo que nós temos é o ICMS, nessa conta a ser discutida. Esse debate tem que avançar com a participação dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Vou concluir. E nessa negociação, precisamos colocar a dívida dos Estados a ser discutida também, porque não há como os Estados continuarem pagando os juros que pagam para o Governo Federal. E se nós colocarmos a dívida dos Estados para ser discutida, nós iremos reduzir a conta de energia no País de 20% a 25%.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Nós é que agradecemos, Deputado.

Não vamos tomar como base o tempo do Deputado Leonardo Quintão, do contrário, os outros não falarão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Desculpa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Está desculpado.

O próximo inscrito é o Deputado César Halum. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - Obrigado, Sr. Presidente.

Meus cumprimentos ao Ministro Márcio. É um prazer estar com o senhor aqui.

Eu sou membro titular da Comissão e tenho o privilégio também de coordenar uma Frente Parlamentar na Casa em defesa dos consumidores de energia elétrica e combustíveis. Recentemente, apresentamos um requerimento na Câmara e uma indicação, que já chegou ao Ministério de Minas e Energia, tratando justamente deste assunto da renovação das concessões.

Nós entendemos que a tarifa de energia elétrica no Brasil tem que ser reduzida e que essa não é uma obrigação única e exclusiva do poder público, essa tarefa tem que ser dividida entre todos nós.

Então, um dos pontos importantes para redução da tarifa é realmente a renovação das concessões. E se vai ser por licitação, se vai renovar, se vai prorrogar, é outra história. Nós sentimos que o Governo tem o desejo de renovar



essa concessão, para não alterar muito a forma de administração das usinas — há as estatais envolvidas. E não nos incomoda como vai ser feito; nos incomoda é a redução ou não da tarifa.

Outra fórmula é mexer nos encargos setoriais. Os números têm mostrado que, pelo que arrecadamos com os encargos setoriais na conta de luz, eles estão acumulando em conta bancária. Nós não estamos gastando nos programas o que estamos arrecadando. Então, não há necessidade de sacrificar o consumidor brasileiro.

Temos que mexer no ICMS dos Estados. Há uma bagunça: há Estado que cobra 12% e Estado que cobra 30%. Então, é uma exoneração grande.

Nossa Frente Parlamentar, Ministro, está criando, em cada Estado brasileiro, nas suas Assembleias Legislativas, uma Frente Parlamentar Estadual. Na quinta-feira passada, fizemos isso no Estado de São Paulo. E essa frente vai negociar o ICMS no seu Estado.

Aqui, a nossa frente apresentou — e estão tramitando na Comissão — os Projetos de Lei nºs 3.172 e 3.173, ambos de 2012. Um versa sobre a desoneração do PIS/COFINS, passando de 9,25% para 3,65%, de maneira equivalente à que foi feita com o serviço de telefonia, porque nós achamos que a energia não é menos importante do que a comunicação, para não ser também considerada nesse assunto.

O outro projeto procura retirar da tarifa da energia a Reserva Global de Reversão — RGR e a Conta de Desenvolvimento Energético — CDE. Deixamos a Conta de Consumo de Combustíveis — CCC até concluir essas linhas de transmissão que vão atender a Região Norte do Brasil, pontos mais isolados que ainda dependem da energia a combustível. Evidentemente, sugere-se que o Orçamento Geral da União cubra esses programas, até porque se nós pagamos PIS, COFINS e ICMS em tantos tributos, esses tributos é que têm que financiar os programas sociais e as expansões.

Por último, é preciso reduzir a tarifa diminuindo as perdas por ineficiência das distribuidoras e transmissoras e também por furtos. Acho que é uma obrigação das distribuidoras cuidar desse aspecto. Se agruparmos esses cinco pontos, aí falaremos em redução de tarifas em torno de 20% ou um pouco mais do que isso.



Então, esse é o trabalho que a frente faz, é a colaboração que queremos dar. Já estivemos com o Ministro Lobão. Esse documento foi entregue a ele, pessoalmente. E estou feliz, porque estou vendo a sinalização não só do Ministério, mas da Presidenta Dilma, que entendeu que não é sacrificando o povo brasileiro na conta de energia elétrica que vamos resolver o problema no País.

Dispomos de outros dados, a partir de uma consultoria feita à Fundação Getúlio Vargas, que nos dizem que a redução da tarifa de energia elétrica está ligada diretamente ao crescimento do País. Se reduzirmos a tarifa, a nossa indústria vai ser mais competitiva e não vamos permitir tanta entrada de produto importado no Brasil. A indústria vai fabricar mais, o comércio vai vender mais, portanto, o Estado e a União aumentam a sua arrecadação por outro lado, por aumento de consumo ou por outras receitas agregadas. E o Brasil tem condições de crescer, de 2012 a 2020, algo em torno de 695 bilhões no seu PIB, que é o equivalente ao PIB da Argentina.

Então, vejo que o caminho está certo. Parabenizo-os e afirmo que estamos junto com os senhores para contribuir e para olhar direitinho, para não acontecer de novo de se renovar por 20 anos, dando de graça.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Nós é que agradecemos, Deputado César Halum.

Passo, então, ao Ministro Márcio Zimmermann, para responder a essas questões já levantadas. Depois, faremos outro bloco.

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - Muito obrigado, Deputado Sessim.

Com relação àquelas três primeiras perguntas que o Deputado Simão Sessim, Presidente da Comissão, havia feito, com relação à renovação e relicitação, acredito que a grande interrogação que havia, de tudo o que se escuta e se fala, é que precisamos que a tarifa no Brasil diminua. O aspecto de relicitar, se for licitação, estamos inaugurando em termos de mundo, pois ninguém faz isso. Então, seria uma experiência nova que o Brasil faria.

Quanto à renovação, acho que quem é do setor elétrico e quem é de empresa sabe o que é uma usina hidrelétrica, sabe que uma usina ou uma instalação de transmissão não é um avião da Boeing ou da Airbus, um A320, em que pego agora



uma equipe lá da China ou da Rússia, coloco no aeroporto de Brasília, ela senta, com tudo padronizado, e o avião vai para onde mandarem.

Uma usina hidrelétrica é uma outra concepção, elas foram feitas em outras épocas e não têm esse nível. Então, quando se pensa nesse assunto, quando se é técnico do setor, é preciso pensar nisso. Mas dizem: *“Mas eu contrato todos os antigos, que ficaram ali”*. Não é assim. Às vezes, a pessoa é de uma estatal ou há uma fundação que não vale a pena largar. Ou teria de pagar muito, o que oneraria o seu custo.

Então, a lógica disso, não vejo muito o que... O importante é o aspecto de não remunerar o ativo amortizado e haver uma regulação forte.

Concordo com o comentário com relação à discussão de tarifas hoje no Brasil. É uma discussão ampla, inclusive é um assunto que foi abordado por todos os senhores. Mas depois vou entrar em cada detalhe. Isso tem o aspecto que o Deputado falou da inibição do investimento. Ele pode levar a uma situação de agravamento das condições do funcionamento do parque industrial no Brasil, a partir do momento que em que não se dão as condições. E nisso tudo existem fatores inibidores.

Com relação ao direcionamento, se é cativo ou consumidor livre, acho que a única lógica que existe é, efetivamente, o que for aplicado, até para que o processo não se encerre em 2015. Ele é contínuo e permanente. Toda usina que vencer, inclusive aquelas que foram privatizadas na década de 90, volta para o Estado. E quando voltar, vai-se usar este princípio de não remunerar ativo amortizado, porque na época, quando se decidiu privatizar, era outra a solução. Na verdade, as usinas podiam estar totalmente depreciadas, mas elas foram vendidas, e o sujeito ganhou um fluxo de caixa por mais 30 anos, e aí “precificou-se” isso, e na época isso foi para o Tesouro, não foi para o consumidor. Então, esse é um ponto importante. Se vai para o cativo ou o consumidor livre, Deputado, eu acho que o importante é que chegue efetivamente a quem de direito, e não caia, no meio do caminho, por causa de um simples atravessador, que vai pegar uma energia barata por “x” e vai vender por 3 vezes mais, pelo custo de oportunidade. Então, efetivamente tem de haver um mecanismo que evite isso.



Quando se analisa a parte em que todos os senhores tocaram, a parte de tributos, eu acho que o diagnóstico está correto; o Deputado César Halum acertou, o Deputado Simão acertou, o Deputado Leonardo Quintão também acertou. E quando nós analisamos a conta de energia vemos que nela o ICMS tem um peso grande: 21,47%, sendo que o peso é maior em alguns Estados. Se analisarmos por dentro e por fora, por exemplo, Minas Gerais é o Estado que tem a maior alíquota no Brasil; então, uma conta que seria de R\$ 100,00 chega ao consumidor por R\$ 143,00, porque R\$ 43,00 ele vai pagar para o Estado.

Então, esse é um aspecto que se tem de considerar. O ICMS é muito usado na tarifa de energia elétrica, e provavelmente é uma das maiores receitas que cada Estado tem de arrecadação. O peso de PIS/COFINS, de que o Deputado César também falou, hoje é em torno de 5%. E realmente isso tudo, na verdade, são discussões que envolvem muito a área econômica, esse aspecto de tributos; não é o Ministério que cria tributos.

E aí nós chegamos aos encargos. E quando nós falamos em encargos no Brasil, nós estamos falando nestes termos: se o setor fatura R\$ 120 bilhões, 8% disso são encargos, e os encargos, na verdade, quando se analisa isso, tem-se de separar o joio do trigo. Então, eu já separei; por exemplo, transmissão não é encargo. Transmissão é serviço. Tem-se de fazer a linha, tem-se de comprar terreno para fazer a linha, tem-se de gastar dinheiro com cabo de alumínio, tem-se de colocar disjuntor, seccionador, transformador na ponta, e isso é serviço, não é encargo. É chamado erradamente de encargo. Depois, há um outro tipo de encargo, como o que veio via PROINFA, por exemplo, que era para desenvolver fontes alternativas, mas ele entrega a energia, existe um serviço, e também vou separar daquele bloco. Há o encargo de energia reserva, que também é um encargo diferente, porque aquilo ali são usinas que estamos colocando para ter essa característica, conforme a lei prevê, de fornecer essa energia para robustecer a base da garantia física que temos no setor elétrico brasileiro.

Nesses encargos é interessante vermos o que é que temos, nos encargos efetivos, tirando esses. Aí temos determinadas políticas sociais; elas foram feitas, ao longo do tempo, na tarifa de energia elétrica. Então, o consumidor de energia, como foi bem comentado aqui, na verdade assumiu determinados aspectos, e poderíamos



até questionar se isso não é uma responsabilidade da própria sociedade brasileira, e não do consumidor. Essa é uma grande discussão, que, eu tenho certeza, em determinado momento vai chegar a esta Casa. É uma grande discussão que já está ocorrendo, sendo o assunto tão importante como esse.

Então, o Brasil hoje chegou a uma tarifa com um preço que muitas vezes sai da ponta com um valor e vai chegar ao final com outro, e que chega até a 40%, ou um pouco mais. Há vários estudos aí, de associações e distribuidoras, ou da própria ANEEL, em que vemos que chegam, na ponta, a quarenta e poucos por cento todos esses encargos. É claro que só temos de excluir disso a geração. E eu acho que é um trabalho permanente o desses estudos, que nós temos de fazer, em conjunto com outras áreas, para haver redução.

A outra pergunta tem relação com estudos técnicos de encargos suportados. Na sociedade há este aspecto inibidor da economia: quanto mais alta a tarifa, mais se inibe; há um processo, que já foi comentado aqui, de inibição. Então, realmente esse é um assunto que deve entrar na pauta, para se discutir isso, para se dar essa competitividade, já que o Brasil tem a característica natural de que tem de continuar fazendo usinas novas porque tem um mercado crescente; então, ele já tem um custo, que o consumidor já tem de pagar, por se estarem agregando ativos novos. E por outro lado há uma discussão que é importante, a de se obter o diagnóstico correto e de que medidas tomar para reduzir isso.

Com relação ao aspecto que eu vejo muito na mídia, essa especulação de que vão baixar tantos por cento, conforme o próprio Deputado Leonardo Quintão disse, e uns dizem que é 3%, outros dizem que pode ser menos do que isso, e tal, na verdade, de tudo isso, eu acho que uma coisa é o vencimento de concessões, e a outra é a grande discussão que se faz desses encargos, que de repente não seriam responsabilidade do consumidor, ou algo assim, e que hoje estão sendo assumidos pelo consumidor de energia elétrica, e acabam tendo essa repercussão negativa na indústria por causa justamente desse impacto. Então, isso é uma bomba, mas nós temos certeza de que usando o princípio, em relação às concessões, de não remunerar o ativo depreciado, vamos conseguir o percentual que for necessário, principalmente se vier aliado a outras coisas.



O Deputado César Halum tocou, além de nesses pontos que já comentei, nesse aspecto dos encargos setoriais. Ele citou a RGR. Eu mesmo já estive, eu acho que aqui na Câmara e no próprio Senado, defendendo a prorrogação da RGR na época, mas no sentido de que aquele era um encargo diferente, porque aquilo era usado dentro do setor. Aquilo era como um dinheiro mais barato, principalmente em época em que havia inflação e juros mais altos; aquele era um recurso que voltava para o consumidor, via empréstimo para as concessionárias de distribuição, e o órgão regulador sabia exatamente qual era a taxa de juro, qual era o custo daquele dinheiro, e considerava na tarifa. Então, ele entrava e saía, e hoje há uma grande discussão — sempre houve — sobre se isso deve continuar ou não. Isso aí é questão de decisão. Se não queremos que haja esse recurso para o setor para seja investido, então tiremos, mas de qualquer forma não era um encargo que saía e se perdia. Ele pode desonerar na ponta, mas em algum momento, talvez agora, com juros e com todo esse processo, talvez se consiga esse recurso com custo equivalente. É uma discussão.

Quanto a esses encargos setoriais acumulados em conta, acho que a ANEEL sempre faz a provisão de CCC que isso vai consumir, porque uma das coisas em que o Brasil utilizava a tarifa também era na correção de distorções regionais. Então, sem essa conta de CCC do sistema isolado, se não houvesse esse subsídio, seria impossível determinadas regiões do Norte do Brasil terem energia elétrica, porque lá tem de haver geração a *diesel*, e a *diesel*, a R\$ 800,00 ou R\$ 900,00 o quilowatt/hora, seria impossível. Então, aí a discussão é se é a tarifa, ou se é o contribuinte, ou o consumidor.

Sobre as perdas de distribuição e de transmissão, Deputado, até gostaria de comentar um ponto importante: o Brasil, pela forma como planeja e implanta seu sistema de transmissão, tem um dos maiores sistemas de transmissão do mundo, que interliga todas as Regiões, de Norte a Sul. Pois os senhores tenham certeza de que é o sistema mais eficiente que existe no mundo. E, em nível de perdas nele, nós estamos falando de algo entre 3,8% e pouco mais de 4%.

Outro dia eu estive com uma delegação chinesa, e um dos integrantes dela comentou: “A nossa perda total é de 6%”. Eu perguntei a ele: “A sua geração é toda térmica, a carvão, não é? Setenta por cento?” Ele respondeu: “Ué, vocês não



consideram o consumo interno, numa usina térmica a carvão?" O consumo interno de uma usina térmica a carvão chega a 10%; é o que quantidade de motores que há no processo para produzir energia elétrica consome, é normal isso. Isso ele não conta. Ele conta só a transmissão, mas esquece que, dos 110 megawatts que uma usina de 100 tem de gerar, na verdade vai entregar 100, porque 10 ficaram para a produção, quando nós estamos falando num País tem o equivalente a isso em hidrelétricas. E qual é o consumo interno numa usina hidrelétrica? É 1%, ou coisa assim.

Então, na transmissão, na verdade, fala-se muito hoje em *smart grid*, não é? Na verdade, *smart grid* já fazíamos há muitos anos na transmissão, porque é um sistema inteligente, e nós tínhamos de fazer isso, porque nós estamos ligando usinas a 2 mil quilômetros, a 3 mil quilômetros; nós temos distâncias muito grandes, então tínhamos de fazer. A área de operação do Brasil é uma das coisas que mais evoluiu, é exemplo e sempre, nesses congressos internacionais, faz um bom papel.

Na distribuição é que nós temos o problema de perdas de que o Deputado falou. Na distribuição, sim, tem espaço para crescer o *smart grid*, que são investimentos que se pagam em pouco tempo. Não se pode conviver, em determinadas regiões no Brasil, com perdas que chegam a 40%, 50%. Quer dizer, uma concessionária de distribuição compra 100 megawatts, paga os 100 megawatts, entrega os 100 megawatts e só vão ser recebidos 50, porque uma parte vai perder-se por questões técnicas e outra parte por questões comerciais, por furtos. Então, isso é um sobrecusto.

Hoje nós temos uma regulação forte. A Agência, que faz a regulação econômica, vai penalizando e obrigando a concessionária a modernizar-se. Então, o espaço que vamos ter para crescer é muito grande em perdas de distribuição, que hoje realmente são elevadas, estão fora dos padrões que seriam normais no mundo. Então, eu acho que esse é um grande espaço, na parte de perdas.

Acho que, em linhas gerais, eu tentei responder a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu acredito que não haja réplica. Vamos, então, ao segundo bloco. O Deputado Walter Feldman seria o primeiro; eu pergunto se ele permite que eu chame o Deputado Fernando Jordão,



que não estava no momento em que foi chamado, para que então possa novamente ser o primeiro.

O Deputado Fernando Jordão está com a palavra. V.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO JORDÃO - Bom, eu queria cumprimentar o Ministro. Já estivemos de manhã lá na sua sala, e tivemos em outras oportunidade o prazer de V.Exa. estar aqui conosco.

Eu queria dizer o seguinte: eu moro numa cidade, fui Prefeito de uma cidade que tem duas usinas nucleares, está no caminho da terceira, e quando eu era Prefeito, e o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso, eu vim aqui dizer ao CONAMA, ao Dr. Pinguelli, que estava presente e que na época era radicalmente contra a matriz nuclear, que nós em Angra dos Reis éramos favoráveis a que continuassem os estudos — porque se nós matássemos ali essa ideia talvez nós não tivéssemos Angra III —, continuassem os estudos no CONAMA para a aprovação de Angra III. E nós conseguimos isso lá no CONAMA, e Angra III está sendo construída, mesmo porque parte dos equipamentos já estavam comprados, o Brasil precisava da energia, e o Governo Federal, não o do Presidente Lula nem o de Fernando Henrique, mas os Governos anteriores deviam ao Município de Angra dos Reis investimentos na área ambiental e na área social, por conta da implantação de Angra I e Angra II, que foi imposta goela abaixo da população de Angra dos Reis, na época do regime militar. Então, nós lutamos por Angra III e conseguimos.

Eu estive recentemente na Alemanha, fui um dos Parlamentares que visitamos, que fomos conhecer a matriz energética alemã lá — eu já havia tido a oportunidade, lá atrás, quando era Prefeito, de visitar usinas nucleares alemãs —, e nós chegamos à conclusão, lá na Alemanha, e foi dito pelo Governo alemão que em 2050 toda a Alemanha vai ter energia renovável, o que é muito diferente da realidade, porque eles estão comprando energia da França, e vão continuar comprando.

E parece-me que eles já estão revendo essa questão de que não vão conseguir manter — é importante que continuem mantendo — as termelétricas no setor elétrico alemão, porque senão terão eles terão problemas. Além do mais, a Alemanha é um país que está mais pronto que o nosso.



Então, qual é a preocupação minha? Que nós, nessa convenção ambiental que vai haver no Rio de Janeiro, não assinemos nenhum compromisso em função de Fukushima, em função de plebiscito. Eu sou contra a questão de plebiscito para sabermos se o povo quer ou não quer usina nuclear. Eu acho que muita coisa pode ser revista, e tem de ser revista; o problema de emergência, tecnologias, onde vamos guardar os resíduos de alta, média e baixa radiotividades, isso tudo nós temos de definir, mas é importante que o Brasil continue — o Brasil é um dos países que têm mais capacidade de energia renovável do mundo —, que nós continuemos, na matriz, com a energia termelétrica também.

É claro que nós temos de reavaliar muito o que aconteceu no mundo, em função de Fukushima e em outros lugares, considerar as experiências, para nós não errarmos de novo. E eu digo isso porque eu sou de Angra, minha vida está em Angra, minha família está em Angra, e nós convivemos muito bem com as duas usinas nucleares que lá estão. Então, convém não assinarmos nenhum protocolo que possa amanhã impedir na matriz energética a energia nuclear, que é importante na área de hospitais. E nós temos a INB, em Resende, que é motivo de orgulho para brasileiros, na questão das pastilhas de urânio; enfim, nós temos muito dinheiro colocado aí, e acho importante continuarmos com a energia nuclear na nossa matriz. Agora, nós podemos esperar um pouco para fazer outras usinas, em termos de novas tecnologias; então, eu fico preocupado com que se possa assinar esse protocolo aqui no Rio e impedir que continuem os estudos para avançarmos na área científica e nuclear.

Era essa a minha consideração, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Fernando Jordão.

Eu passo então ao próximo inscrito, o Deputado Walter Feldman. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN - Obrigado, Presidente. Nestes 3 minutos eu vou ser bastante objetivo.

Quero cumprimentar o Ministro Márcio Zimmermann e agradecer-lhe a exposição, e objetivamente, Ministro, eu diria que da primeira parte dela, antes das perguntas — se eu puder sintetizar —, ficaria, depois de alguns dias, como a



memória vai esvaindo-se, a informação de que não haverá remuneração do ativo amortizado. Esse seria o resumo dessa parte da sua exposição, que me parece uma resposta àqueles que eventualmente vêm pressionando para que essa não seja a visão do Governo; ou seja, V.Exa. não passa um recado, passa uma informação determinante sobre a posição do Governo em relação a isso. Seria o resumo da primeira parte da exposição.

Eu mantive dúvidas, por conta do objetivo da nossa audiência, que apontavam uma preocupação com a incerteza, com a falta de clareza dos rumos do Governo, em relação a prorrogação ou relicitação. Na primeira resposta, V.Exa. dá um sinal em relação a isso, dizendo que não há experiência no mundo de relicitação; são questões mais complexas do que, eventualmente, como eu compararia, as de um pedágio, por exemplo, ou uma concessão mais simples, e V.Exa. praticamente afirma que haverá uma prorrogação, como é a prática mundial.

Eu queria insistir nessa tese. Ou seja, a nossa Comissão pode já sair com essa convicção de que haverá prorrogação? Porque, se essa for a decisão do Governo, parece-me que o tempo é adequado. Como a questão energética é uma questão estratégica, não apenas como atividade em si, mas porque toda a atividade econômica brasileira depende do setor elétrico, 3 anos não é tanto. É pouco. É pouco, porque isso sinaliza ainda mais fortemente a perspectiva de renovação ou prorrogação das concessões. Se isso for verdade, nós teríamos de já pensar nas alterações jurídicas, ou nós teríamos de saber, além disso, quais serão as alterações da matriz, como foi dito agora pelo Deputado Quintão; ou seja, quais serão as mudanças, do ponto de vista das alterações que têm acontecido?

Eu li há 2 dias uma informação preciosa: a de que o setor elétrico avança rapidamente para superar a energia nuclear no mundo. Ou seja, é uma informação relevante, e parece-me relevante também, do ponto de vista nacional, que essa perspectiva também possa ocorrer. O que significa esse avanço do setor elétrico, eventualmente de outras fontes energéticas, para o modelo — que eu acredito já em marcha — da renovação?

Eu digo isso porque o Brasil não tem experiência de previsão de longo prazo. Nós carecemos dessa característica cultural. Nós erramos muito. Nós não temos projeto executivo em praticamente nada que fazemos. Olhem os problemas aí da



Copa do Mundo; estamos às portas do maior evento e ainda temos a situação muito grave da não conclusão daquilo que seria necessário. E eu acredito que por conta dessas concessões, que têm tido muito resultado, que têm sido positivas, mais as alterações no mundo elétrico e a perspectiva de se criar uma cultura de longo prazo, eu sairei desta audiência com a conclusão de que devemos trabalhar pela prorrogação das concessões.

Quero reafirmar muito essa questão, e gostaria que V.Exa. nos ajudasse a compreendê-la melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Walter Feldman.

Eu passo, então, ao próximo inscrito, o Deputado Ângelo Agnolin. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN - Sr. Presidente, Ministro Márcio Zimmermann, eu vou dar sequência às observações do Deputado Walter Feldman, até para não ficar reproduzindo o que já foi aqui muito bem comentado e todos nós entendemos: a questão tributária, a questão dos encargos setoriais, enfim, todas essas circunstâncias que geram essa tarifa final. Eu prefiro entrar na discussão de o que fazemos com essa receita corrente líquida contínua que teremos disponível, levando em consideração que não haverá mais amortização de ativos e tampouco remuneração de capital. Portanto, nós temos hoje usinas — de geração, principalmente — que se tornarão, assim que vencerem as concessões, bens da União que poderão ser então utilizados para resolver situações existentes no cenário elétrico, algumas mais graves e outras menos graves.

Por isso, quero ater-me à situação, por exemplo, das diferenças regionais, de uma gravidade extrema, que têm penalizado sobremaneira os Estados menos desenvolvidos, as regiões menos desenvolvidas, onde a própria tarifa social, que está presente em maior quantidade, assim como a extensão das redes com o Luz para Todos, acabou penalizando e deixando essas regiões até mesmo sem condições de competitividade. E eu cito como exemplo claro o meu Estado de Tocantins, Estado fortemente gerador de energia hidroelétrica que tem um custo bem acessível, tem uma durabilidade bem superior à dos demais modelos, e nós



temos hoje a terceira tarifa mais cara do Brasil, comprometendo decisivamente o desenvolvimento do Estado.

Então, eu acho que é importante, além da competitividade nacional, olharmos também para essa outra realidade, e acho que o momento é oportuno. Por quê? Ora, se nós vamos ter agora uma receita que já teve o seu capital amortizado e também remunerado, por que não utilizarmos desse recurso que vai estar disponível, que é da União, que não é preciso tirar de ninguém? Quando nós falamos em tirar, em diminuir tributos, nós temos o grito dos Governadores, nós temos vários problemas a serem enfrentados; essa receita é a única que não tem de enfrentar ninguém, porque ela vai ficar disponível, vai ser uma receita líquida disponível.

Então, qual é a sugestão que eu gostaria de deixar, como propositura, e inclusive eu tenho um projeto de lei que está tramitando, nesse sentido? Que, dessa receita originária da geração e das concessões de transmissão que já foram remuneradas, fossem destinados, de uma forma bem objetiva, 50% para reduzir a tarifa em todo o Brasil, 50% para diminuir as diferenças regionais, para reduzir as tarifas naqueles lugares que estão sendo penalizados por uma série de razões que não deveriam gerar tributo para os outros consumidores, porque na verdade nós estamos fazendo o quê? Estamos socializando a pobreza com a pobreza, e essa socialização sempre é perigosa, de qualquer ângulo que se olhe. Quando se fala em subsidiar transporte coletivo, nós estamos fazendo o quê? Também socializando, com o outro usuário do coletivo, a tarifa subsidiada daquele usuário que é ainda mais dependente, mas a penalização fica dentro da mesma área. Está ocorrendo a mesma coisa com a energia, e isso é extremamente grave, porque está deixando Estados que hoje têm pouco desenvolvimento com menos condições ainda de se desenvolver, mais uma vez fazendo com que a economia se direcione para os Estados mais desenvolvidos.

Mas também não temos nenhum interesse em não ajudar os Estados desenvolvidos. Eles precisam também reduzir as suas tarifas para poder ser competitivos. É uma questão nacional, uma questão brasileira.

Então, eu deixo esta proposta para ser realmente analisada: diante da certeza absoluta de que não teremos mais remuneração de capital, que nós possamos



utilizar dessa receita, então, para atender a duas situações: uma, reduzir o preço no Brasil inteiro; outra, ajudar a diminuir as desigualdades regionais, o que é um preceito constitucional que tem de ser enfrentado também por todos nós brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Exatamente. Obrigado, Deputado Ângelo Agnolin.

Eu chamo agora o Deputado Ronaldo Benedet. *(Pausa.)* Não está.

Em seguida, com muita alegria — eu sou meio fã dele —, chamo meu querido Ministro, sempre Ministro Eliseu Padilha, que nos honra com a sua presença.

Eliseu Padilha é uma das figuras que aprendi a admirar, na Comissão de Viação e Transportes, no Ministério dos Transportes; não é desta Comissão, mas nós bem que o convocaríamos sempre que houvesse um debate dessa envergadura. Tem a palavra o Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Inicialmente, eu quero agradecer à Comissão e cumprimentá-la inteiramente na pessoa do seu Presidente, o nosso irmão Deputado Simão Sessim. E essa referência de distinção pessoal é recíproca. Eu tenho em Simão, uma figura das mais respeitáveis aqui, um amigo para todas as horas.

Portanto, cumprimento a Comissão, e cumprimento-a por ter pedido ao Ministério de Minas e Energia que viesse até aqui para explicar: afinal, 2015 está chegando, 2017 está perto; como é que vai ser? E eu acho que a sorte da Comissão foi muito grande em ter encontrado o momento em que o Ministro é um homem da casa, sem nenhum demérito ou redução da condição do Ministro Lobão, que eu tenho certeza de que gostaria de estar aqui, e estaria tão bem quanto o Ministro Márcio, mas o Ministro Márcio é um homem da casa, é um homem de carreira; ele conhece desde como se fazia — não se faz mais hoje — a cava para colocar o poste *(risos)* até... Então, ele é conhecedor de geração, de distribuição, ele conhece. Então, quero aqui registrar também, Ministro Márcio, o reconhecimento da sua altíssima qualificação pessoal, como homem de carreira pública. O senhor é servidor público que chega a essa condição.

Mas vamos lá. Primeiro, nas suas manifestações, o senhor disse: em princípio, em 8 ou 10 anos nós teremos de dobrar. Dobrar 117 é chegar a 234. É, é um senhor desafio.



Bem, depois o senhor disse também que nós... o senhor não fez distinção, mas... Nós sentimos que vai haver um tratamento linear. Entre as várias fontes eu não ouvi nenhuma manifestação de distinção: “não, nós vamos trabalhar com mais ou menos atenção...” Em princípio a matriz está bem, em princípio, e ela vai continuar assim.

Há, e o senhor sabe, ontem mesmo até nós ouvimos, na geração hídrica há sempre um pessoal preocupado: “Mas, vem cá, e as PCHs, quando é que vão ser lembradas de novo?” Há uma preocupação muito grande, pelo potencial, e pela dificuldade que o mercado hoje levanta em relação a elas. Evidentemente o Governo não projetou as dificuldades; o Governo projetou alternativas que fizeram com que a dificuldade aparecesse para as PCHs.

Eu faço esse registro para então, agora, fazer duas perguntas. Ah, sim, ainda quero também, Feldman, subscrever, eu também saí com o sentimento de que nós não vamos ter relicitação, não. Não vai haver relicitação. Apenas eu me apercebi, ele não disse expressamente mas eu me apercebi, que isso também não é bem assim. É claro que se o operador for incompetente tem de trocar. Isso é óbvio! Mas, em princípio, vai continuar a operação. E aí, então, vamos às perguntas.

A primeira: como é mesmo que nós vamos fazer para ter 234 daqui a 8 anos, 8 ou 10 anos, sem que o mercado acabe elevando ainda mais as tarifas que nós temos hoje? Porque aí também vigora aquela lei antiga de que muitos Vereadores já propuseram a revogação nas Câmaras Municipais, que é aquela da oferta e da procura. Ela está em vigor, e vai vigorar nesse caso aí; portanto, temos de saber como é que nós vamos enfrentar isso.

A segunda, que — esta, sim — diz respeito ao preço da energia: não vamos remunerar todo o ativo que já está devidamente amortizado; nós vamos ter, então, dos três elementos que compõem a tarifa hoje, um deles fora, que é o custo do investimento, que está fora; nós vamos ter a operação, o custo da operação, inclusive o tributário, e aí entra a questão estadual, a questão municipal, e o Governo Federal tem de apenas dizer: “Olhem, é, mas eu não sei o que fazer”, porque, como foi dito aqui com procedência, há um Estado que cobra 12, outro cobra 25, e outro cobra 30; ora, obviamente a tarifa nesses Estados terá um patamar diferente, isso é mais do que compreensível; mas pergunta-se: nesses três



elementos, investimento, custeio e, obviamente, lucro, porque empresário precisa trabalhar com lucro, ele tem visão de retorno, no caso da prorrogação, se o investimento já está devidamente amortizado, logo, nós não vamos ter remuneração dele, qual seria o impacto? Vai ser um impacto linear, no Brasil? Vai ser um impacto médio, que nós vamos apurar por essas dissonâncias estaduais? Como é que nós vamos definir essa tarifa? De que ela vai baixar eu não tenho dúvida; se não tem mais a remuneração do capital, ela vai baixar. Quanto? Aí vai variar, dependendo dessas informações que o senhor vai dar.

Eu agradeço muito. Perdão se porventura eu ultrapassei o tempo. E quero cumprimentar mais uma vez a Comissão, e dizer que hoje a minha falta na CCJ está sendo justificada, de forma muito esplendorosa, por ter podido ouvir aqui o Dr. Zimmermann e os membros da Comissão, que conhecem o tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Nós queremos V.Exa. mais vezes aqui, Ministro, por favor.

Eu passo então a palavra ao nosso Ministro interino Márcio Zimmermann, para a resposta às indagações que foram feitas nesse bloco. Como seriam 3 minutos por cada um, V.Exa. dispõe de 12 minutos.

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - O Deputado Jordão teve de se retirar. Com relação à energia nuclear, eu acho que... Na semana passada eu estava num evento no Rio, o ENASE, e lá foi-me perguntado sobre a nuclear. Eu sempre comento: olhem, o setor elétrico trabalhava naquele plano de longo prazo, até 2030, em que poderia chegar a um cenário com até R\$ 0,08. O Brasil tinha a sexta maior reserva do mundo, que pode chegar facilmente a ser a segunda maior reserva do mundo de urânio. Por outro lado, ele é um dos poucos países no mundo que tem urânio, e que tem tecnologia para enriquecer urânio.

Então, em qualquer análise que se faça para a frente, considera-se que num determinado momento o Brasil decidiu, alguns anos atrás, fazer Angra III, e está fazendo, e ao mesmo tempo eu comentei — e eu vi que saiu em manchetes, e eu peguei essa figurinha aqui, o plano de 2010 —, que entrando em operação até 2020 nós só temos Angra III, não há nenhuma outra. Mas isso não quer dizer que haja uma posição. Eu disse que, na parte nuclear, está-se implantando Angra III, ponto. E sabe-se que em algum momento não vamos ter as alternativas que temos de



hidroelétrica, na próxima década, e vamos precisar da energia térmica num sistema como nosso, que desde a sua concepção, quando vieram os primeiros modelos energéticos do Canadá, já era um modelo hidrotérmico; então, não existe a hipótese de esquecer a energia térmica. A térmica sempre é uma parceira para se otimizar um sistema hidrelétrico; então, é uma tendência natural: o Brasil vai continuar com o sistema hidrotérmico. Agora, a decisão sobre qual planta vai ser tomada em função do momento, das características, do que for melhor em termos de custo, em termos de sinergia, no Brasil.

Eu acho que a Alemanha tem um problema sério. A Alemanha tem um problema sério quando toma essa decisão. A Alemanha é... não sei se é cíclica, não sei se é ciclotímica, mas em determinado momento ela decidiu acabar com as plantas nucleares até 2020; depois apertou o problema do gás, aí eles decidiram retomar o programa nuclear; aí veio Fukushima, eles encerraram de novo; então, tinham decidido 10 anos atrás, ou 15 anos atrás, terminar em 2020, tinham voltado atrás nisso, já iam começar novas plantas, tinham uma grande discussão interna, e agora decidiram que vão tirar de novo todas, até 2022 ou 2023. E a França, como política, continua expandindo.

Então, diversos países, até os Estados Unidos, que era o maior parque nuclear do mundo, tinha parado, após o acidente de Three Mile Island, e depois passou um processo de revitalização daquelas usinas que tinha e já estava preparando-se para novas plantas. No mundo há uma discussão grande em torno disso, mas eu acredito que é uma vocação que se tem para o futuro, e que as fontes entram de acordo com a sua economicidade, com a visão estratégica que o país tem a cada momento.

Eu posso dizer que até 2020 o Brasil consegue atender a esse crescimento; vai até provavelmente meados da década que vem tendo como carro-chefe a hidreletricidade. E não existe país no mundo que não tenha optado, país desenvolvido, por primeiro esgotar o seu potencial hidrelétrico, depois partir para as outras fontes. No Brasil, como nós temos um crescimento forte, nós vamos desenvolvendo as outras fontes, a eólica, a térmica a gás, a nuclear. E não vou falar da térmica a carvão — eu já vi que Zancan está aqui — por um aspecto muito simples, que eu sempre comento: o Brasil, em Kopenhagen, tomou uma decisão, e



eu acho que o Deputado Fernando Jordão tinha falado nisso, justamente sob o aspecto, com relação à Rio+20, de que não fosse firmado nenhum protocolo, já que os compromissos que o Brasil assumiu em Copenhague acabaram virando lei. Com isso, hoje procuram-se as alternativas mais baratas, com menos emissões, para levar para o leilão, e como temos a hidrelétrica, realmente hoje não temos feito leilões com térmicas a carvão. As térmicas a carvão que estão sendo construídas ou entraram em operação são de antes de Copenhague.

Mas essa é uma grande discussão. O setor do carvão sempre tem discutido com o Ministério, levantando esses pontos. O Brasil tem reservas de carvão, e não o tem adotado na sua matriz, apesar de que em diversas épocas, em outras épocas, fazíamos o sistema hidrotérmico nosso ancorado nisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Ministro, só um apartezinho: carvão nós temos hoje em que percentual, o que estamos usando?

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - O carvão hoje, se nós estamos dizendo que o Brasil tem 117 mil instalados, provavelmente deve estar em torno de um pouco menos de 2 mil — não é? —, 1.765, isto é, 1%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - E no mundo?

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - A geração a carvão no mundo hoje é quase 50%, e na China é 69%, ou algo assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Olhem só! (*Risos.*) Obrigado, Ministro.

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - E, Deputado Walter Feldman, eu acho que, nesse aspecto de prorrogar ou relimitar, é exatamente aquilo que eu disse: na verdade a decisão final vai acabar aqui, porque qualquer alternativa que se faça passa pelo Congresso. Então, essa decisão vai passar por aqui. Se for para relimitar, se o Brasil resolver fazer dessa forma, terá de haver adaptações na legislação, e se houver prorrogação também terá de haver uma adaptação na legislação; então, qualquer que seja a alternativa, não escapa de passar pelo Congresso brasileiro essa discussão. E eu procurei fazer aqui um diagnóstico, até porque, como há gente que é favorável a isso ou àquilo, eu tento mostrar, e é claro que eu deixo escapar muitas vezes a opinião de técnico do setor, é natural isso.



Com relação ao setor elétrico, à superação, há um ponto em que o senhor tocou. Eu acho que talvez no Brasil um setor, até pela característica que nós tínhamos, que sempre trabalhou com planejamento foi o setor elétrico, porque no setor elétrico não dá para encostar um navio e trazer energia elétrica. Então, o setor elétrico, até pelas obras de longo prazo de maturação, sempre tem de planejar. No Brasil, por exemplo, nós tínhamos trabalhado até... o último plano que saiu, de longo prazo, foi o plano de 2015, que saiu em 1992, eu acho. Então, nós trabalhávamos com projeções muitos anos à frente, porque, como nós éramos ancorados na térmica, que muitas vezes se faz em 2 anos, e uma hidrelétrica, no passado, levava até mais do que 5 anos, de 5 a 10 anos ou mais, sempre trabalhávamos com um plano.

E para planejar a rede, para integrar tudo isso, a cultura no setor elétrico existia. Ela ficou um tempo esquecida, com aquela história de que o mercado vai resolver, e ele vai fazer o ajuste, mas num país como o nosso, que tem de criar uma infraestrutura, não se pode deixar simplesmente ao léu. Se fosse em um país desenvolvido, seria fácil; não se tem mais que pôr usina, não se tem que pôr linha, aí deixa-se o mercado fazer os pequenos ajustes; mas, quando é um país como o nosso, aí é outra a visão, e realmente, concordo com o senhor, o planejamento é a chave para isso aqui.

Com relação ao Deputado Ângelo Agnolin...

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN - Ministro, desculpe, sobre a questão do novo papel da eólica e das outras energias...

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - Eu acho que quando nós dizemos que nós temos de expandir, como o Deputado Eliseu Padilha disse, com relação àquilo que eu comentei, quer dizer, se nós temos um consumo *per capita* de 2.300 quilowatts/hora, vamos chegar a 2020 com 3.400 e imaginamos que em 15 anos vamos chegar ao patamar em que a África do Sul está hoje, isso significa que, para produzir para atender um *per capita* que é o dobro de hoje, eu vou precisar ter, se a matriz continuar com esse perfil, 200 e poucos mil megawatts, e diante disso muitas vezes dizem: então, vamos investir em eficiência energética. Olhem, fazendo tudo isso, com eficiência energética e tal, em consumo *per capita* é natural que a



sociedade brasileira venha a alcançar um patamar no mínimo próximo ao desses países. É natural esse caminho.

Quando nós falamos em planejamento, nosso planejamento de expansão da geração é indicativo. Eu sempre procuro pôr, quando saem aqueles planos decenais, as alternativas mais baratas. Depois eu vou testar no leilão, porque a expansão se faz dentro da regra de leilão. Então, nas alternativas mais baratas, enquanto eu tiver potencial hidroelétrico, eu sempre vou lutar para colocar hidroelétrica, até por aqueles efeitos que trazem para a sociedade, em médio e longo prazos. Ela tem um custo que vai permitir que forneça 1 megawatt/hora para colocar hidrelétrica, até por aqueles efeitos que traz para a sociedade num médio e longo prazo. Ela tem um custo que vai fornecer um megawatt-hora mais barato do que qualquer outra fonte. Então, ela tem um papel privilegiado. Se eu tenho potencial para explorar, eu priorizo ela.

Agora, para esse crescimento, eu tenho complementos. O Brasil tinha um potencial estimado de 260 mil megawatts. Hoje nós implantamos em torno de 80 a 90 mil megawatts de hidrelétrica e provavelmente vamos chegar em 160 mil. Talvez não consigamos o restante porque os requisitos ambientais subiram muito.

Mas para esse crescimento, hoje mesmo, eu já sou obrigado a fazer um crescimento, posso puxar a hidrelétrica como carro-chefe mas eu tenho de puxar junto outras fontes. Então, a eólica ocupou um espaço. A eólica, hoje, pelo menos, até atingirmos um patamar de vinte e poucos por cento, não tenho grandes preocupações, ela tem espaço para crescer.

Eu tenho a biomassa oriunda do bagaço da cana que também tem um espaço para crescer, porque, paralelo a isso, o Brasil tem um crescimento de produção de etanol, que cumpre um papel interessante na produção de energia e, ao mesmo tempo, a mecanização da cana provoca um aumento de massa. Então, vai ocorrer.

A térmica a gás. Se os senhores prestarem atenção, nós acabamos de ter, de alguns anos para cá, uma revolução que ninguém imagina a profundidade que é.

Estados Unidos: o maior consumidor de gás natural do mundo. Era um grande importador que balizava os preços do GNL, Gás Natural Liquefeito. Há 20 anos, pequenas empresas começaram a investir no *shale gas*, aquele gás não convencional lá nos Estados Unidos, a maior parte originária do xisto.



Só para melhor entendimento, a nossa turma de petróleo lá explica: tem-se a rocha depósito de gás ou petróleo que migra da geradora para a rocha depósito, e, na verdade, quando se tem acesso a esse gás não convencional, vai-se direto na rocha geradora. Então, economiza-se alguns milhões de anos.

Os Estados Unidos fizeram isso. Ele conseguiu formas de fazer. Os Estados Unidos têm um consumo *per capita* que passa de 1 bilhão de metros cúbicos por dia. E hoje 30% eles estão atendendo nesse mercado com esse *shale gas* que há alguns anos não existia. Isso está mudando a lógica energética dos Estados Unidos.

De repente, esse gás está sendo entregue a 3 dólares por milhão de BTU na porta da indústria. Imaginem o efeito para um país que era dependente ter as maiores reservas do mundo e, ao mesmo tempo, um gás de custo baixo.

Então, há movimentos tipo indústria petroquímica que começam a migrar para os Estados Unidos. Essa é uma discussão interessante, porque o Brasil, além de gás, de pré-sal etc. tem outros potenciais, que a gente sabe, tanto o Ministério como a Secretaria de Petróleo e Gás, e o Ministro tem determinado à agência estudar esse aspecto, aumentar o conhecimento do Brasil sobre isso e, ao mesmo tempo, da Secretaria de Petróleo e Gás.

Esses são pontos importantes, porque nós temos de estar alertas nessas opções energéticas. Sabemos que a Argentina, aqui do lado, tem a terceira maior reserva do mundo de gás não convencional. Avaliações preliminares que se tem. A China é a segunda.

Então, tudo isso, essa área energética é muito rica e você tem que estar... Quem imaginaria que o Brasil iria crescer tanto em eólica, como aconteceu nos últimos anos? Ocorreu e dentro da regra do jogo: preços competitivos.

Já deve ter completado os 12 minutos do meu tempo.

O aspecto regional, Deputado, eu acho que a nossa... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Deixa eu tomar assento à mesa.

(Risos.)

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - Eu estranhei. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Carlos Bacelar) - O Deputado Simão Sessim teve que se ausentar, e eu, na qualidade de Vice-Presidente, Dr. Márcio



Zimmermann, estou substituindo-o para dar prosseguimento a esta audiência pública de grande valia para esta Comissão.

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - Obrigado, Deputado.

Em relação a esse aspecto do Tocantins, que o Deputado falou, a terceira tarifa mais cara do Brasil, tem um enfoque muito forte para o aumento do ICMS. É aquilo que eu falei. Uma conta que sai 100 reais, em Minas Gerais ela sai por 143 reais para o consumidor, sendo que 43 reais vão para o Estado. Então, há aspectos que devem ser analisados bem claramente.

Em relação aos bens amortizados, na verdade, o que se quer é que isso venha beneficiar o consumidor de energia elétrica dentro da lógica de Brasil.

Eu estive conversando ontem com o Deputado Eliseu Padilha, que havia comentado sobre o aspecto das PCH, e o que devo dizer é que nós passamos por um processo interessante: com as Pequenas Centrais Hidrelétricas, o Brasil ainda tem um potencial bom, trata-se de uma energia que a gente enquadra como hidrelétrica, bastante interessante, e o seu desenvolvimento iniciou-se via PROINFA.

Na época, os preços que o PROINFA pagava não atraiu muito, e não foi ocupada toda a quota a que tinha direito; mas depois, com esses modelos de leilões, ocupou um espaço no mercado livre. Ultimamente, com a dinâmica do mercado livre, ela começou a ficar não competitiva. Aí, há uma grande discussão: de como seria tratada essa fonte dentro da matriz energética. Sempre temos dito que o princípio a gente busca, com tudo isso que foi discutido da tarifa de energia elétrica, e sempre temos de ter cuidado para não trazer ônus adicionais para a tarifa.

Então, se hoje é um grande desafio, praticamente um consenso nacional, termos tarifas menores para que a nossa indústria tenha competitividade, é importante irmos por uma lógica de razoabilidade, de desenvolvimento na matriz, mas com muito enfoque no lado econômico.

Então, relativamente ao que nós, eu e o Deputado Padilha, tivemos ontem oportunidade de conversar, é essa a grande discussão que nós temos que ter. Essa discussão das PCH é igual a que se tem com a biomassa. Os senhores mesmo sabem o número de propostas que chegam para fazer leilões específicos, que não misturem com outras fontes.



Nós do Ministério temos observado isso, porque justamente não se quer agravar a condição. Então, o que se procura, de forma bem lógica, é trazer a fonte que esteja dentro de uma lógica de matriz, mas em momento maduro, a fim de dar uma contribuição para não agravar esses aspectos de tarifa.

Uma pergunta muito interessante, Deputado Eliseu Padilha, foi a seguinte: e se o Governo optar mandar um projeto com relação à prorrogação das concessões, é uma atividade empresarial?

Por um lado, a empresa operadora tem duas grandes funções. Algumas empresas até as separam: há a lógica de expansão, que é fazer uma usina nova; e há a lógica de operar e manter instalações. Então, se eu pegar o exemplo de uma empresa normal, a CEMIG, a COPEL, a Tractebel, a CPFL, ou outras empresas, há toda uma lógica: a diretoria de operação e manutenção, que obedece a uma lógica de buscar a racionalidade de operar e manter, e vai ser remunerada por isso, dentro de uma lógica do que é aquilo; e o setor de expansão, no qual se deve fazer investimento, cumprir os prazos, ser remunerado e tal.

Neste caso aqui, não; trata-se de um trabalho que vai atrair atividade que tenha lógica, que tenha racionalidade econômica.

Deputado, em linhas gerais, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Carlos Bacelar) - O.k. Dr. Márcio Zimmermann.

Dando prosseguimento à nossa audiência pública, chamo o Deputado Weliton Prado, que disporá de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Quero saudar a todos e a todas; parabenizar e agradecer o Ministro Márcio Zimmermann pela presença; e justificar a ausência da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que represento, porque neste momento estão participando do lançamento da Comissão da Verdade.

Para mim, a lei é bem clara, exige que sejam realizados novos leilões. Tem que haver novos leilões. Se o Governo pensar de forma diferente, na minha avaliação, para prorrogar os contratos, é preciso se submeter, enviando ao Congresso Nacional, a uma outra alteração da lei, para saber se é isso mesmo.



As concessionárias já tiveram grande parte dos seus investimentos amortizados durante 50 anos; agora, é preciso reverter esse ganho aos consumidores.

Sinto que aqui nós não vamos fazer aqui um cavalo de batalha, mas coloco uma interrogação: se for garantida uma diminuição realmente significativa na conta de luz.

Pessoalmente, vou colocar aqui os meus sentimentos. Eu liderei, em Minas Gerais, uma campanha contra a energia mais cara do Brasil, em 2008. Fui um dos Deputados mais votados do Brasil, tive quase 240 mil votos, e essa questão para mim é uma questão prioritária, mesmo!

Se o Governo não sinalizar dessa forma, mesmo sendo do partido da Presidente da República, nós vamos fazer aqui uma verdadeira guerra de titãs. Vamos nos mobilizar. Há muitos Deputados imbuídos nesse mesmo sentimento. Para nós é fundamental a modicidade tarifária, a redução nas tarifas de energia. Ao verificarmos a nossa matriz energética, 77% da matriz energética brasileira é hidráulica, torna o custo de produção mais baixo; porém, a nossa energia, ainda, sem contar que a carga tributária, continua mais alta que a dos Estados Unidos, que a da China, que a da Índia, que a da Alemanha, que a da França, que a do Japão e que a do Canadá.

O Ministro abordou muito bem: em Minas Gerais, a situação é mais difícil ainda, temos a síndrome, inclusive, de Tiradentes. Eu sempre costumo repetir. Tiradentes foi esquarterado por 1/5 da coroa, que equivale a 20%. Só o ICMS, em Minas Gerais, chega a 43% do bem público essencial, que é a energia elétrica. Então, não se justifica. E mais ainda, há pesquisas que comprovam que o grande problema em Minas Gerais — inclusive, a FECOMÉRCIO fez uma pesquisa nesse sentido —, o que mais pesa no orçamento familiar é a energia elétrica, em torno de 30%. É realmente um peso muito grande!

Para finalizar, se fizermos uma pesquisa em todo o Brasil, a maior preocupação da população vai ser o quê: segurança pública e saúde. Em Minas Gerais, se fizer a pesquisa, a maior preocupação vai ser o quê: o valor da energia elétrica, justamente o que o povo não aguenta mais. O sofrimento do povo realmente é muito grande. A energia é de péssima — péssima, péssima! —



qualidade. Não é preciso nem trovejar, não é preciso dar um ventinho, e a energia já cai de forma constante, fazendo com que os produtores percam tanques de leite; a Justiça suspenda julgamentos; o trânsito vire um caos, porque constantemente os semáforos são desligados por falta de energia. As redes não são melhoradas, substituídas há 30 anos; há uma grande quantidade de fios partidos, o que provoca uma morte a quase 45 dias.

Então, a situação em Minas Gerais é realmente muito grave. Sabe-se que a tarifa de energia em nosso País é muito alta, mas a situação em Minas é mais difícil ainda por causa do ICMS, essa sanha realmente arrecadadora.

O apelo que fazemos aqui é justamente nesse sentido. Nós queremos inclusive contribuir no que for possível. Não vamos travar um cavalo de batalha se o Governo decidir prorrogar os contratos, mas é uma exigência nossa, é uma exigência do Congresso Nacional brasileiro a modicidade tarifária, a redução das tarifas de energia para os consumidores brasileiros; tanto as tarifas residenciais quanto as tarifas de pequenas e médias indústrias, que realmente não aguentam mais pagar tarifa tão elevada.

E nós temos sorte, porque em Minas Gerais, recentemente, a CEMIG tentou cobrar mais 100 milhões dos consumidores em relação ao PIS/COFINS, mas o jurídico, que é muito bem remunerado, recebe milhões e milhões, perdeu o prazo; e aí, nós fizemos sustentação oral e conseguimos, com esse erro da CEMIG, beneficiar os consumidores com a não perda de 100 milhões.

Em relação à perda de energia, esse é outro questionamento que fazemos: na revisão tarifária, nós pesquisamos que a perda de energia, pelas planilhas que a CEMIG chegava a apresentar, seria de 12%. Isso não é verdade! Não há essa perda de energia, e não se justifica achar que todo o mundo, mais de 1 milhão de pessoas, faz gasto em Minas Gerais. Então, nós questionamos inclusive os dados apresentados na CEMIG.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Carlos Bacelar) - Deputado, para encerrar, por favor. *(Pausa.)*

Pergunto ao Dr. Márcio se gostaria de responder a essa indagação. *(Pausa.)*

Informo que faltam apenas três Deputados inscritos, então sugiro que concluamos a parte das perguntas, e depois o Dr. Márcio responde.



O próximo inscrito, inclusive, sou eu. *(Risos.)*

Quero, primeiramente, agradecer ao Presidente, Deputado Simão Sessim, e parabenizá-lo pela oportunidade de realizar esta audiência pública, trazendo aqui o Dr. Márcio Zimmermann, que, como os demais colegas já disseram aqui, e reputo, é o melhor técnico do Brasil, sem dúvida, do setor energético. Trata-se de um técnico de carreira, renomado, que nos atende muito bem todas as vezes em que nós dirigimos ao Ministério de Minas e Energia — a Dra. Martha Lyra e toda a sua equipe encontram-se aqui presentes. Quero também parabenizá-los —, e sua vinda aqui foi extremamente importante para a Comissão e para o País, até porque esta Comissão é a mais importante do Congresso Nacional. Se formos analisar, existem fila nos partidos para Deputados participarem desta Comissão, como membros titulares. Então, é motivo de muito orgulho o meu partido ter me indicado como membro e como Vice-Presidente desta Comissão.

Um dos debates, hoje, foi sobre a prorrogação ou a relicitação das concessões do setor energético. Acho que o senhor já explicitou exaustivamente o tema, então só quero, mais uma vez, corroborar a necessidade da redução da tarifa, haja vista todo esse apelo que tem sido feito pelo setor industrial em relação à concorrência do mercado chinês, que tanto tem conturbado as nossas indústrias. Não podemos sucatear o nosso parque industrial.

Mas, ao mesmo tempo, sei que um dos grandes motivos — e hoje eu estava, inclusive, na ELETROBRAS, pela manhã — do custo da energia nossa, a energia industrial e da energia do pequeno e médio consumidor, chama-se ICMS.

Em Minas, Deputado Weliton, o custo é de quase 41%, 42%. É o mercado mais caro do mundo. Sendo o mais caro do Brasil, automaticamente é um dos mais caros do mundo, porque a nossa energia, infelizmente, ainda é uma das mais caras do mundo. Então, a gente precisa chamar os Governadores para esse debate: o Governador do Estado de Minas Gerais; o Governador do Estado de São Paulo; o Governador do Estado da Bahia, do meu Estado, até porque também o ICMS tem sido a maior fonte de receita dos Estados. Precisamos então fazer um pacto federativo aqui para que haja uma compensação. Não pode é o consumidor pagar esse custo.



Acho, então, Dr. Márcio, que tem que deixar muito bem claro que a culpa não é da União; a maior culpa é dos Estados, por terem essa fonte de maior receita, que é o ICMS. Então, registro essa minha preocupação.

Mas um outro assunto que eu tenho estudado, e tem me preocupado, é em relação à energia eólica, à fonte eólica. Hoje, a Bahia é um dos Estados com maior potencial de energia eólica do Brasil. Tenho visto lá grandes empresas prospectando, criando projetos; já medindo, com 2 anos de medição, preparando-se para irem para os leilões. Mas, ao mesmo tempo, como estudioso do setor energético, sei que energia eólica é uma energia complementar.

Aqui, o senhor disse também que nós estamos precisando, dentro de um horizonte de 8 anos, 9 anos, quase que dobrar o nosso potencial instalado no País. Se hoje nós temos 119 mil, nós teremos que passar, por questão de necessidade, para 200 mil...

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - Quinze anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Carlos Bacelar) - Em quinze anos, desculpe-me.

Mas essa preocupação minha com o setor energético é grande porque a Bahia será a maior produtora de energia eólica. E, ao mesmo tempo, sabe-se que, como é uma energia complementar, ela necessita de uma potência fixa, porque uma complementa a outra, dentro do estudo hidrológico. Um dos estudos preliminares aponta em torno de 60 mil megawatts a capacidade de energia eólica no País. Hoje, o País tem condições de produzir 360 mil megawatts, pelo menos pelos estudos que eu vi. Isso implicaria em torno de 100 mil megawatts de energia fixa, ou seja, de energia hidráulica, e grandes lagos, e grandes indústrias de energia hidráulica.

Então, pergunto ao senhor: esses dados conferem? E qual a visão do Ministério de Minas e Energia em relação a esse tema? Até porque nós estamos vendo hoje que o grande embate que temos são os 2 Brasis: um, o Brasil que desenvolve; o outro, o Brasil que emperra, que é o Brasil do setor ambiental. O meio ambiente é muito importante, mas não podemos deixar que o País pare de crescer. Então, como hoje sabe-se que existe essa necessidade grande, ainda, de energia



hidráulica, pergunto novamente: o Ministério está debruçado sobre esse tema? E qual a posição do Ministério em relação a isso?

Passo a Presidência ao Deputado Simão Sessim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado João Carlos Bacelar, nosso Vice-Presidente.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Eduardo Sciarra, que dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente; Sr. Ministro Márcio Zimmermann — Ministro interino, mas com qualidade de titular —, para ser bastante objetivo, em função do adiantado da hora, no tema debatido aqui com relação às concessões, relicitação ou prorrogação — e a gente tem percebido a tendência clara com relação à prorrogação —, que vai ser uma grande oportunidade de atender a essa demanda da sociedade de redução dos custos da tarifa de energia para o consumidor, quer seja ele industrial, consumidor residencial, consumidor de baixa renda.

Eu discordo aqui quando falam que é só uma questão do ICMS. Não! Os tributos são dos Estados e também da União. Vamos distribuir o ônus da carga tributária para os entes federativos, Estados e União.

Serei objetivo, Dr. Márcio. Há um esforço que se percebe hoje — li a respeito, inclusive a própria Presidenta Dilma tem falado, tem se dedicado com frequência a esse tema da redução dos encargos setoriais. Nós tivemos a oportunidade de, na Casa, no final de 2010, — não com meu voto — aprovar a prorrogação da RGR, e quando a Presidente Dilma sinaliza que pode rever os encargos setoriais, e o Ministério, com certeza, está conversando com ela sobre isso, eu pergunto: como que se poderia dar isso? Qual seria o encaminhamento possível dessa matéria na possibilidade, então, de redução dos encargos setoriais? Nós votamos, recentemente aqui, há 1 ano e 5 meses, a prorrogação por mais 15 anos — é isso? —, por mais 20 anos. Eu pergunto, objetivamente: como é que poderia dar-se isso, Dr. Márcio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Convido o nobre Deputado Alfredo Kaefer a fazer uso da palavra. *(Pausa.)* S.Exa. já não está conosco.



O último inscrito é o nobre Deputado Marcos Montes, que disporá de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Obrigado, Presidente.

Primeiro, evidentemente, cumprimento-o porque esta conversa que estamos tendo aqui, provavelmente, dever-se-ia dar aqui com o plenário lotado, porque foi uma aula que nós tivemos sobre esse setor fundamental para o País. Então, quero cumprimentá-lo, Ministro Márcio Zimmermann, pela sua exposição. Pena que eu cheguei um pouco atrasado porque estava com outro compromisso.

Também quero dizer ao meu companheiro Weliton Prado que em Minas — eu sou de Minas também — há um embate político forte no Governo; S.Exa. sempre fez isso na vida pública e tem obtido resultados.

Mas, Ministro, nós estamos buscando minimizar os preços da energia. O senhor disse, com muita propriedade, que a energia da hidreletricidade é a mais barata que nós temos. E o senhor disse, se entendi bem, que nós podemos chegar, na hidrelétrica, a 260 mil megawatts, se toda explorada. Então, vamos alcançar 160 mil, aproximadamente. É isso, Ministro?

E aí, eu pergunto ao senhor qual é o papel, qual é a posição que o Ministério tem. Se nós estamos buscando dar um pouco mais de tranquilidade ao consumidor, um preço mais baixo, qual é o papel que o Ministério tem nessa discussão tão aflorada na sociedade, que nós estamos discutindo, o Código Florestal, essa reforma ambiental tão necessária ao País? Qual é o papel do Ministério de Minas e Energia hoje na formatação da ideia do Governo Federal, para discutirmos com mais profundidade, como estamos fazendo, na questão ambiental, se podemos avançar na produção de energia mais barata em quase 100 mil mega — é lógico, respeitando as questões ambientais, porque todos nós temos de respeitar, mas com exigências pelo menos similares a de outros países.

É uma pergunta que eu tenho feito, porque me leva a entender que nós, às vezes, estamos perdendo oportunidades de colocar essa energia hidro mais barata na casa do consumidor por, quem sabe, uma questão ideológica de algumas pessoas que estão dentro do Governo.

Eu gostaria de saber qual a opinião do Ministério.

Muito obrigado, e parabéns pela exposição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não há mais nenhuma Deputada e nenhum Deputado inscrito para arguir o nosso expositor.

Passo, então, a palavra ao nosso Ministro interino Márcio Zimmermann para a resposta às indagações desse último bloco, que disporá de até 12 minutos.

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - Deputado Weliton Prado, na verdade, esse processo, conforme eu disse, se renovar ou licitar — não sei se o Deputado teve oportunidade de acompanhar desde o início —, nós sabemos, tem alteração de lei, nos dois casos: um, para adequar as características do atual modelo; o outro, no aspecto de se permitir a prorrogação mediante condicionante. Isso, naturalmente, vai caminhar para a lei.

Só um detalhe: pode haver uma usina, como a de Paulo Afonso, construída na década de 1940, assim como pode haver uma usina que entrou em operação em 1992. Na época, a concessão era dada por bacia e, muitas vezes, uma usina demorava anos para ser implantada. A ANEEL vai ter um trabalho muito grande, é preciso analisar cada período. Por exemplo, até a Lei nº 8.631, o setor elétrico vivia sob o regime de serviço pelo custo. Com isso, ele tinha direito a receber o que investiu e mais uma remuneração. Com a Lei nº 8.631, a chamada Eliseu Resende, na época, a União pagou 25 bilhões de dólares para zerar a chamada CRC — Conta de Resultados a Compensar. Então, esse é um processo que tem de ter a avaliação de cada usina.

O Deputado havia comentado também sobre os aspectos operacionais. Bom, se o Governo determinar que a decisão da concessão é encaminhar este ano, ou ano que vem, ou em 2014 um projeto de lei ou qualquer processo que venha aqui, qual seria o efeito na distribuidora?

Confesso que tem de ter, primeiro, todas essas definições bem claras. Como nós as temos até 2015, pode-se tomar a decisão hoje e ter efeito em 2015, ou tomar em 2014 e ter em 2015, adequam-se aos problemas operacionais, que a distribuidora tem reajuste num determinado mês. Tudo isso vai ter que ser disciplinado a um regramento que seja através de regulamento ou através da própria legislação. Concordo que esses pontos vão ter que ser levantados.

Com relação ao comentário do Deputado Bacelar, sobre o aspecto do ICMS, é uma discussão. Há tributos federais que chegam a 21% de ICMS, a média no



Brasil; há tributos, como PIS/COFINS, que são pouco mais de 5%, da União; e, além disso, há os encargos setoriais. Todos têm visto, nas avaliações, o que as associações têm feito. Uns têm políticas de Governo no sentido de baixa renda; de correção de distorção regional, como a CCC; de pesquisa e desenvolvimento. Há uma série de encargos.

Na verdade, o preço da tarifa hoje no Brasil não comporta mais nada. É necessário se fazer um processo contrário, porque isso acaba inibindo a característica de um país que continua forte num processo industrial e que tem que continuar crescendo para gerar desenvolvimento.

Então, todos esses aspectos têm que ser analisados. Quando se faz uma radiografia da energia elétrica, do preço praticado no Brasil, é preciso se fazer uma avaliação ampla, e não apenas uma avaliação técnica, com a visão de energia.

Com relação ao papel da fonte eólica, hoje, pelas suas características, ela entra como fonte especial, conforme a legislação prevê. Ela tem vantagens com relação ao pagamento de tarifa de transmissão. Por outro lado, quem entra no mercado regulado sabe quais são as regras para se ter uma curva ajustada e poder vender. Eu tenho visto empresas maiores, como CEMIG, TRACTEBEL, CPFL, que estão expandindo a fonte para o mercado livre, fazendo ajustes com a garantia física que possuem. Então, na verdade, a fonte eólica tem essa necessidade.

Na Europa, por exemplo, essa fonte induz a redução do consumo de combustível, ela é prioritária, e a geração térmica que predomina lá reduz a geração. Aqui no Brasil sua entrada pode-se traduzir numa vantagem, reduzindo-se a geração térmica que estiver ocorrendo no momento ou guardando-se essa energia num reservatório de acumulação. Então, esses aspectos ocorrem com a fonte eólica. Nós sabemos que ela vem ocupando espaço, e o setor conseguiu se adaptar a essas regras. Nós sempre torcemos para que a cana-de-açúcar, a usina de biomassa, a PCH voltem à pauta de discussão, como na época em que se discutiu a fonte eólica e ela conseguiu evoluir. Isso é importante. O Ministério sempre está aberto. A orientação do Ministro Lobão é no sentido de sempre haver uma forte interação com os agentes para que possamos achar o melhor caminho, que será o melhor caminho para a sociedade brasileira.



O Deputado Eduardo Sciarra comentou sobre como seria o encaminhamento e falou muito da RGR, que era o tal encargo diferente usado para financiar dentro do próprio setor numa época em que se tinham juros elevados. O RGR era um dinheiro que o próprio setor recolhia e emprestava dentro dele. É claro que o enfoque é para que se retire isso daqui, talvez porque o setor de bancos já tenha os recursos nesse patamar de custos e cumpra esse papel.

A discussão desses encargos setoriais está na pauta. A ABRADDEE há muitos anos — estou vendo o Nelson ali — fez estudos bem amplos sobre essa distribuição, sobre como é essa tarifa de energia elétrica, até para separar o joio do trigo, porque às vezes dizem que é preciso baixar isso para que se resolva. Eu me lembro de que quando nós estávamos discutindo a RGR eu mesmo dizia aqui que havia muita oneração. Na verdade havia um esforço muito grande para combater a RGR, que era uma coisa pequena reinvestida no próprio setor. E não se atacava o grande problema. Não era a RGR que causava aquela distorção. Eu concordo que, como encargo, pelo princípio de não se trazer mais esse encargo e deixar a tarifa preservada para cobrir exatamente o que ela tem que cobrir, é dentro dessa lógica que se tem que reavaliar essa política. Muitas vezes, no dia a dia, surgem projetos de lei que oneram a tarifa de energia elétrica para atender a uma determinada condição.

(Não identificado) - Nós temos nos colocado contra isso aqui.

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - Eu acho que essa é uma discussão que existe, e o Congresso também vai ter um papel importante a desempenhar. Isso é bastante importante.

O Deputado Marcos Montes levantou o aspecto de que realmente o potencial estimado no passado era de 260 mil megawatts, conforme aqueles estudos feitos pela ELETROBRAS na década de 1990. Na prática, nós sabemos que vai chegar a 150, 160, mas não porque não queremos. É que há determinados projetos que não conseguimos mais implantar. Por exemplo, para se regularizar uma usina na Amazônia é preciso ter reservatórios enormes, que são rios com grandes vazões. A melhor região do Brasil para que haja reservatórios já está praticamente esgotada, que é a Região Sudeste, pela característica de relevo. Na Amazônia, já há regiões muito planas. Então, para que haja capacidade de regularizar é preciso fazer



reservatórios de milhares de quilômetros quadrados, e assim começam a aparecer lâminas d'água pequenas, o que agrava o problema, porque hoje não se trabalha mais com esse tipo de reservatório.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - E a usina de Igarapava?.

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - Igarapava é uma usina que usa turbina bulbo, é usina de baixa queda, tipo aquelas do Madeira, da CEMIG. Mas ali o projeto recomendou aquilo. Talvez eu tenha muito pouco potencial ainda para fazer usinas com reservatórios no Sudeste. É muito pouco mesmo. Acho que havia algumas aqui no Centro-Oeste, Ipueiras, por exemplo. Mas na Amazônia há essa característica de que não vão crescer usinas com grande reservatório. O grande potencial remanescente é lá.

Na Amazônia estamos trabalhando com aquele princípio de usina-plataforma, em que se implantam usinas em áreas não antropizadas, que não têm a presença do homem. Normalmente a usina é um agente de desenvolvimento de uma região. Por exemplo, a região de Belo Monte está tendo um impacto benéfico pelo fato de a usina ter sido implantada lá, naquela região muito carente. É o mesmo processo que já ocorreu em Tucuruí, que já ocorreu, no passado, na região de Ilha Solteira, de Jupia, de Itaipu. Nós sabemos que todas as cidades que receberam hidrelétricas têm IDH superior às outras que não receberam. Só que na Amazônia existem áreas que podem levar a exploração, por isso é preciso preservar, mas aproveitando o potencial hidrelétrico. Esse é o projeto que o Ministro Lobão tem orientado. O projeto do Rio Tapajós já se faz dentro desse conceito de se evitar provocar o desenvolvimento mas aproveitando-se o potencial hidrelétrico. Nós vimos estudando para isso. E os senhores aprovaram, recentemente, a MP 558, que permite que se faça isso dentro desse conceito.

Com relação a essa grande discussão sobre meio ambiente, nós temos participado de eventos fora e nós sentimos, muitas vezes, uma pressão muito grande para não explorar a hidroeletricidade. Por outro lado, são países que não têm desafios para apresentar uma fonte nova, não têm população ingressando em mercado de consumo, não têm distorção regional, não têm distorção econômica, não têm distorção social. Então, eles ficam calmamente sentados numa mesa,



administrando: “Acho que está na hora de trocar aquela usina”. E daqui a 15 anos: “Agora é aquela outra”. Esse é o desafio do país desenvolvido.

Quando falamos do Brasil, nós temos o desafio de manter funcionando e de, ao mesmo tempo, ir acrescentando, porque nós temos uma população que está aumentando o consumo, que está entrando no mercado de consumo. Houve essa migração de classe “E” para “D”, para “C”. Esses são processos que impõem algo diferente. Então, o Brasil, muitas vezes, quando defende a economia verde — é o que o Brasil vai defender na Rio+20 —, o País a defende com inclusão social. Na verdade, não posso pensar em desenvolvimento de economia verde com a visão deles, dos países desenvolvidos, que muitas vezes pensam friamente. Na verdade, é uma nova janela de oportunidade tecnológica para eu ativar a minha indústria. Aí vou encher a África de painel solar ou vou encher a África de tecnologia sei lá o quê. Isso não traz desenvolvimento. Assim, quando o Brasil pensa em economia verde, em desenvolvimento sustentável, está pensando agregando isso, dando exemplo para o mundo: o País tem a matriz mais renovável para qualquer economia desse porte — 45% a 46% da matriz energética e quase 90% na elétrica. Esse é o diferencial, quando nós do setor elétrico olhamos esse aspecto do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Pergunto se há alguma réplica. (*Pausa.*)

O Deputado João Carlos Bacelar, parece-me, quer falar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Simão Sessim, Dr. Márcio Zimmermann, acho que depois dessa exposição fica claro nesta Comissão que nós não podemos ter no Brasil dois brasis: o Brasil que impulsiona e o Brasil que segura. Pelo potencial de crescimento que nós temos, pelo potencial de geração de energia hidráulica que nós temos, pelo potencial de geração de energia renovável que nós temos, acho que é preciso termos o Meio Ambiente também presente nesta Comissão, Deputado Simão Sessim, porque nós não podemos ter essa desigualdade. Nós não podemos perder prazos por motivos de força maior, porque o Meio Ambiente não libera uma área para se implementar um projeto. O empreendedor brasileiro hoje está cansado de ir até o Meio Ambiente bater, e voltar. Perdem-se quatro, cinco, seis anos às vezes se discutindo questões como estas: se um peixe é ornamental ou não é ornamental, se a tartaruga desova



ou não naquela região. Todos nós temos responsabilidade social, mas acredito que o País e o crescimento nosso está acima de qualquer outra atividade no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Sr. Ministro, recolhi todas as indagações, mas quero acrescentar algo. Agora há pouco gravei para a *TV Câmara* e me foi feita uma pergunta que, confesso, quero direcionar também a V.Exa.

Já definimos — e parece-me que o Deputado Walter Feldman foi muito incisivo — que a decisão é pela renovação com condicionantes, claramente, com relação à remuneração dos ativos e amortizados. Também já ficou definido que encargos setoriais entrarão na pauta de discussão para redução. Recolhemos grandes informações, e o nosso discurso por ocasião da posse, quando assumimos aqui, foi que faríamos esta audiência nesse sentido. E estamos vendo que estamos fazendo parceria com o Governo, estamos ajudando o Governo. O Legislativo está ávido por receber estas informações que estão chegando aqui.

A única pergunta que ficou um pouco no ar, quando da gravação que fiz na *TV Câmara*, foi a seguinte: seria igualitária a prorrogação? Todas as concessionárias, todas as distribuidoras hoje teriam o mesmo tratamento, no caso das condicionantes, ou com relação somente aos ativos não remunerados? Ou haveria outra condicionante, como qualidade, por exemplo?

Sabe por que pergunto, Ministro? Há pouco tempo tivemos aqui Deputado do Pará nervoso, preocupado, querendo mesa-redonda com relação à distribuidora do Pará, que está atravessando uma fase difícil, parece-me. Por isso, pergunto: se renovar, vai renovar igualitariamente, com os condicionantes já falados por V.Exa.?

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - Acho que toda concessão... Na verdade, quando se assina contrato de concessão, existem itens de controle. E há a agência reguladora, que exerce esse papel, pela lei. Então, quando nós falarmos se vai licitar, se a decisão for essa, terá que haver itens de controle com relação a quem vai exercer aquela concessão. E o órgão regulador vai controlar. Por outro lado, se houver a decisão de prorrogar, também vai haver condicionantes. E falar em prorrogação fica ainda mais sério no sentido de que qualquer análise que se faça, alguém só pode querer pleitear uma prorrogação de concessão se for adimplente



com o contrato anterior que tinha. Então, em qualquer das hipóteses, não tem como escapar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - A manifestação pela prorrogação é da concessionária, não é?

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - A concessionária é que manifesta o desejo de prorrogar?

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN - Sim, a atual legislação prevê que, três anos antes, a concessionária manifesta o interesse de prorrogação. E vai haver critérios para avaliar — se a decisão for essa, se for para prorrogar — se ela está adimplente, cumprindo o que ela tem de cumprir como concessionária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Está certo.

Quero mais uma vez agradecer. Concordo muito com o Deputado Marcos Montes: nós tivemos uma aula. Para quem, nesta Comissão, busca soluções para este País, as mais rápidas possíveis, a sua palestra inicial foi didática e bastante incisiva. Eu confesso, pelo tempo que tenho de Comissão, foi uma das audiências públicas mais brilhantes e aproveitáveis que pudemos catalogar ao longo do trabalho desta Comissão. Por isso, Ministro, nossos agradecimentos. Tenho certeza de que todos os nossos colegas também entenderam assim. Foi um debate com foco direto nas importantes questões da energia elétrica. Por isso, reitero nossos agradecimentos.

Esperamos tê-lo conosco outras vezes. Sempre que tiver folga na sua agenda, por favor, venha debater conosco os problemas do nosso País.

Quero agradecer também aos nossos colegas.

Ao Deputado Marcos Montes digo que nós tivemos 15 debatedores inscritos — note isso, Ministro —, o que não é muito normal em audiências públicas. V.Exa., Ministro, teve concorrida preocupação dos nossos colegas com relação ao debate.

Agradeço aos nossos colegas e aos vários convidados a presença, a todos que cumpriram o compromisso de estar conosco.

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente reunião, antes convocando os senhores membros para reunião ordinária deliberativa e reunião



extraordinária de audiência pública, a serem realizadas na próxima quarta-feira, dia 23 de maio de 2012, às 9h e às 10h30min, respectivamente, neste mesmo plenário.

Está encerrada a reunião.